

ANGELA LAZAGNA

LENIN, AS FORÇAS PRODUTIVAS E O TAYLORISMO

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Márcio
Bilharinho Naves.**

Unicamp

Outubro de 2002

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL**

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

ANGELA LAZAGNA

LENIN, AS FORÇAS PRODUTIVAS E O TAYLORISMO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora em 28/10/2002.

Banca:

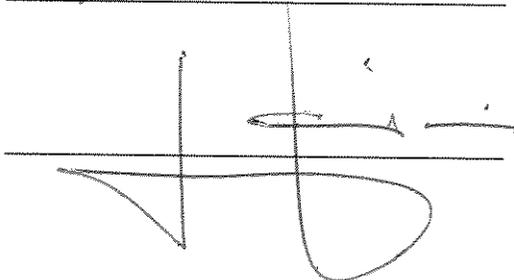
Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves
(orientador)



Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço
(DS/IFCH/UNICAMP)



Prof. Dr. Jesus José Ranieri
(DS/FAAC/UNESP)



Outubro de 2002

UNIDADE B0
Nº CHAMADA/T/UNICAMP
L455L
V _____ EX _____
TOMBO BCI 51413
PROC 16.837/02
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA 09/11/02
Nº CPD _____

CM00176332-4

10 10 266953

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

L455L

Lazagna, Angela

**Lenin, as forças produtivas e o taylorismo / Angela Lazagna -
Campinas, SP : [s.n.], 2002.**

Orientador: Márcio Bilharinho Naves.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Lenin, Vladimir Ilitch, 1870-1924. 2. Taylorismo.
3. Produtividade do trabalho. 4. Socialismo. I. Naves, Márcio
Bilharinho. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao professor Márcio Naves pela orientação deste trabalho.

Aos membros da banca, Fernando Lourenço e Jesus Ranieri, por terem aceitado o convite de participarem da defesa desta dissertação.

Ao CNPq pelo financiamento desta pesquisas e aos funcionários do IFCH.

Aos meus pais, Antonio Carlos e Vilma, pessoas lutadoras e dedicadas à arte da sobrevivência. Agradeço-lhes imensamente pelo incentivo incansável ao estudo..

Aos meus irmãos, Alexandre e Arlete, por sempre estarem presentes nos momentos mais difíceis de minha vida.

Aos meus sobrinhos, Yasmim e Eduardo, por alegrarem minha vida com suas lindas e sonoras gargalhadas.

A Giuliana, Daniel, Filipinho, Guilherme, Almir, amigos de Unicamp, amigos para a vida.

A Alex. Não teria palavras para agradecer tamanha dedicação. Saiba que você ocupa um lugar enorme, para sempre, em meu coração.

A Izael, que desde os tempos de Pio XII me auxilia em todas as dificuldades.

A Marcos, presente desde a primeira iniciação científica à conclusão desta dissertação.

A Graziela, Tercio, Flávio... amigos de toda a vida.

A Israel, por ter me acompanhado em todos os passos deste mestrado.

Resumo

Esta dissertação é um estudo sobre o lugar privilegiado que o primado do desenvolvimento das forças produtivas ocupa no pensamento de Lenin. A partir daí, podemos entender qual é o conceito leniniano de socialismo, para compreendermos porque o taylorismo — um modo de organização do trabalho criado no início do século XX com o objetivo de intensificar o processo de extração da mais-valia relativa através da expropriação do saber-fazer operário, expropriação esta decorrente do aprofundamento da separação entre trabalho manual e intelectual, de concepção e de execução — teve lugar privilegiado no pensamento leniniano como um fator de desenvolvimento das forças produtivas para a superação do capitalismo e transição ao comunismo. Também demonstraremos como se deu o debate na década de 1920 na U.R.S.S. acerca da possibilidade da criação de um “taylorismo soviético”.

Taylorismo; forças produtivas; capitalismo; socialismo; comunismo

Abstract

This dissertation is a study about the privileged place that the primacy of the productive forces development takes in Lenin's thought. Starting from that, we can apprehend the true nature of leninian concept of socialism, to understand why the taylorism — a method of labor organization created in the beginning of XX century aiming at the intensification of the extraction of the relative surplus through the expropriation of the know-how from the workers, this same expropriation being born from the deepening of the splitting between manual and intellectual labour, of conception and execution — had its unique spot in Lenin's ideas as a development's agent of productive forces for the surpassment of capitalism and subsequent transition to communism. Also how unfolded the 1920's U.S.S.R. debate toward the possibility of creation of a "sovietic taylorism".

Taylorism; productive forces; capitalism; socialism; communism

Sumário

INTRODUÇÃO	1
I. O TAYLORISMO COMO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SEU PRÓPRIO SABER.....	9
II. DA CRÍTICA AO PRIMADO DO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS À CONCEPÇÃO DE LENIN SOBRE O SOCIALISMO.....	29
2.1. Crítica ao primado do desenvolvimento das forças produtivas.....	30
2.2. A concepção de Lenin do socialismo e o papel das forças produtivas.....	47
2.2.1. A questão do Estado em Lenin e a crítica ao seu caráter instrumental.....	48
2.2.2. Classes sociais — burguesia e proletariado — e propriedade.....	60
2.2.3 Imperialismo e “capitalismo de Estado”.....	73

III. LENIN E O TAYLORISMO. GASTEV E O DEBATE ACERCA DO “TAYLORISMO SOVIÉTICO”.....	87
3.1. Lenin e o taylorismo.....	87
3.2. O taylorismo enquanto concepção teórica e não enquanto uma realidade material.....	111
3.3. Gastev e o debate acerca do “taylorismo soviético”.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
BIBLIOGRAFIA.....	139

Introdução

Pretendemos, através desta dissertação de mestrado, analisar a questão do taylorismo nas concepções de Lenin.

Tentaremos discutir em que sentido a Direção Científica do Trabalho — D.C.T. — poderia contribuir, na idéia de Lenin, com o desenvolvimento da produção na sociedade russa, com a transição do capitalismo ao comunismo e como o taylorismo poderia ajudar o proletariado nessa efetiva transformação.

Com a célebre declaração de Lenin de 1917: “todo poder aos sovietses”¹ e com a sua constatação do taylorismo como uma possibilidade de libertação efetiva do operariado soviético do jugo da exploração capitalista, pretendemos analisar as contradições que perpassam o pensamento leniniano acerca deste assunto.

Temos como ponto de partida a aceitação da tese marxiana do primado do desenvolvimento da luta de classes como *motor da história*. Marx, em *O Capital*, ao analisar a transição da manufatura à grande indústria, demonstra, na verdade,

¹“Ou a dispersão dos Sovietes e a sua morte inglória, ou todo poder aos Sovietes — isto disse-o eu perante o Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia em princípios de junho de 1917, e a história de Julho e de Agosto confirmou a justeza destas palavras de modo completamente convincente. O poder dos sovietses é o único que pode ser estável e apoiar-se abertamente na maioria do povo...”(Lenin: 1980a:202).

como o capital aprofunda suas formas de exploração e dominação sobre o proletariado para o aumento de sua acumulação. Neste sentido, Marx nos apresenta dois conceitos que dizem respeito a estes dois momentos: o de subsunção formal do trabalho ao capital, referente ao momento da produção manufatureira, quando temos o aumento da extensão da jornada de trabalho como forma de elevar a extração da mais-valia absoluta. Neste momento os trabalhadores são separados dos meios de produção, mas possuem controle do processo produtivo, pois não foram ainda completamente reduzidos à trabalhadores parcelários, possuindo assim, uma herança do saber-fazer do trabalhador do ofício. Já o conceito de subsunção real do trabalho ao capital se refere ao momento da grande indústria, quando temos a intensificação da jornada de trabalho através do incremento técnico, ou seja, temos neste momento o aumento da extração da mais-valia relativa. O trabalhador, neste momento, além de estar separado dos meios de produção, é desapropriado dos seus conhecimentos acerca do processo produtivo, tornando-se, neste sentido, um “apêndice da máquina”.

Porém, ao nos depararmos com as concepções de Lenin acerca do socialismo, entendemos predominar aí uma certa concepção neutra à respeito das forças produtivas, ou seja, que o desenvolvimento dessas forças poderia abrir a via ao comunismo.

Num período assolado pela guerra civil, pela fome e pelas doenças, Lenin começa a estudar de um ponto de vista prático e concreto

“... quais são as medidas, constituindo de fato uma transição para o socialismo, que podemos fazer com que sejam aceitas pela maioria do povo, quer dizer pelas massas operárias e camponesas” (Lenin, *apud*: Löwy, 1978:134).

Segundo Löwy, o controle da produção e da repartição seria para Lenin a medida que constituiria a transição para o socialismo.

Para Lenin, as dificuldades conjunturais, principalmente no momento de guerra civil e investida imperialista na Rússia, retardaram o desenvolvimento de um “modo de produção mais elevado que o capitalismo”. Na sua análise sobre a medida do “comunismo de guerra” Lenin assim o descreve:

“... foi-nos imposto pela guerra e pela ruína. Não foi e nem podia ser uma política que correspondesse às tarefas econômicas do proletariado. Foi uma medida provisória. Uma política acertada do proletariado que exerce sua ditadura num país de pequenos camponeses, é a troca dos cereais pelos produtos industriais necessários ao camponês. Só essa política de abastecimento corresponde às tarefas do proletariado, só ela é capaz de consolidar as bases do socialismo e de levá-lo à vitória total” (Lenin, 1980b:502).

Mas não podemos aceitar a explicação de que o comunismo não teria dado certo por conta das dificuldades que a Rússia enfrentou, como a fome, o tifo, a primeira guerra, a guerra civil... Devemos nos perguntar porque relações de produção comunistas não se desenvolveram e porque relações capitalistas de produção persistiram ao término destes períodos difíceis para a Rússia.

Lenin via nos operários industriais todo o potencial revolucionário. Daí a tentativa de homogeneização da classe trabalhadora através da racionalização do trabalho via taylorismo, que daria a todos os trabalhadores a possibilidade de acesso ao que de mais moderno era oferecido por aquela época e daí a possibilidade de democratização da sociedade russa.

Acreditamos que quando se anuncia em Lenin a necessidade da transição ao comunismo, anuncia-se aí o lugar privilegiado do sistema taylor em seu pensamento: a racionalização técnica da produção como forma transitória que preparasse o comunismo na época do capitalismo monopolista (Linhart, 1993:87).

A vantagem técnica do taylorismo para Lenin seria a diminuição da jornada de trabalho pela introdução de técnicas que beneficiariam uma maior produtividade, com um duplo aspecto positivo: tirar a Rússia do caos econômico, sanar o problema da fome — satisfação das necessidades — e, com a diminuição da jornada de trabalho, incentivar a participação do operário russo na vida política do novo Estado soviético, permitindo a todos o exercício das “funções públicas” — o operariado rumo ao reino da “liberdade”, ao “comunismo” —, isto sendo, segundo Linhart, na concepção leninista, uma “... iniciação das massas a uma nova prática social de direção do Estado e da economia...” (*op. cit.*:104)².

Segundo Lenin, com a simplificação do trabalho manual, preparar-se-ia o momento para que todos dele tomassem parte. Mas a experiência posterior mostra

²Porém, “Revolucionar as relações de produção no marco da construção do socialismo supõe não aceitar como ‘natural’ ou ‘imutável’ uma divisão do trabalho, fundamentalmente a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, que não é

que Lenin não enxerga o núcleo duro do sistema taylor: empobrecimento intelectual do processo de trabalho, ou seja, expropriação cada vez maior do saber-fazer operário para a melhor racionalização da produção e conseqüente aumento da produtividade e o aumento da burocracia, devido à necessidade por este sistema de quadros de gerenciamento para a prescrição e controle do trabalho.

Mas, para Lenin, a redução do trabalho a tarefas parcelárias, simples e padronizadas, conduzindo tal fato à expropriação do saber — divisão do trabalho intelectual do trabalho manual — na Rússia transformar-se-ia numa apropriação coletiva do trabalho, gerando um novo operário russo, porém, este subordinado a uma racionalidade técnica do processo produtivo e a uma ideologia disciplinar deste Estado. Porém,

“A classe operária, mesmo após a revolução ‘socialista’, permanece separada dos meios de produção, sem qualquer controle sobre o processo de trabalho, expropriada objetiva e subjetivamente das condições materiais de produção” (Naves, 2000:94).

Duas condições são instauradas por Lenin para livrar o sistema Taylor do capitalismo: 1. tal sistema, no modo de produção russo, seria orientado pelos próprios trabalhadores - apropriação coletiva do saber e não mais expropriação do saber; 2. com o crescimento da produtividade, haveria a possibilidade da diminuição da jornada de trabalho e conseqüente participação política da massa de produtores.

senão o produto da estrutura econômica e política e fundamento de suas classes sociais” (Senent-Josa, *apud*: Coriat, 1976:IX).

Lenin acreditava, assim, que a revolução técnica traria a possibilidade de uma profunda transformação no “estado de espírito das massas” (Linhart, 1993). Em sua concepção, a supressão da divisão do trabalho manual/intelectual não seria resultado de uma ação deliberada do proletariado e sim, produto final do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, “... o centro de gravidade da tomada do poder pelas massas é o Estado e não o processo de trabalho produtivo” (*op.cit.*:93).

Iniciamos assim este estudo com uma análise do surgimento do taylorismo como uma nova forma de organização do processo produtivo, no sentido de subsumir cada vez mais o trabalho ao capital, com o objetivo de aumentar sua acumulação. O taylorismo seria, de acordo com Coriat, 1976, a organização da subsunção real do trabalho ao capital. A quebra do saber operário com a D.C.T. acarreta a destruição de um modo de resistência de uma classe operária (organizada sindicalmente) ao aumento da produtividade, classe esta até então ainda portadora de um saber mais complexo do processo produtivo. Tendemos a entender o taylorismo como mais um dos momentos da constante ofensiva do capital em sua reestruturação, através da expropriação cada vez maior do saber operário para a obtenção sempre crescente da mais-valia.

Tentaremos, posteriormente a este primeiro capítulo, analisar a concepção de Lenin acerca do socialismo, tentando diagnosticar uma certa neutralidade por parte do revolucionário acerca das forças produtivas. Se a sociedade só se coloca questões as quais pode responder, se não podemos considerar dentro do campo de possibilidades reais do período da revolução russa

como pressuposto à transição ao comunismo a completa revolucionarização das relações de produção capitalistas através da completa transformação das forças produtivas capitalistas, podemos, ao menos, nos esforçarmos numa análise crítica ao primado do desenvolvimento das forças produtivas, na tentativa de superação desta problemática economicista tão cara ao marxismo.

Assim, tentaremos também analisar as concepções de Lenin sobre o taylorismo para demonstrar que este sistema ocupa um lugar privilegiado em seu pensamento devido a sua concepção neutra e positiva do primado do desenvolvimento das forças produtivas como motor da transição do capitalismo ao comunismo e demonstrar como suas concepções acerca deste sistema influenciaram o debate da década de 1920 na União Soviética acerca da criação de um “taylorismo soviético”.

I

O Taylorismo como processo de expropriação dos trabalhadores do seu próprio saber

Segundo Braverman (1977), tem-se com a reunião dos produtores em um único local de trabalho, no modo de produção capitalista, a necessidade de uma gerência do trabalho em forma rudimentar. As funções de concepção e execução assumem a forma de gerência e o capitalista assume as funções de gerência por ser dono dos meios de produção. Porém, o modo especificamente capitalista de gerência e, portanto, de produção, não se tornou difundido até recentemente, ou seja, nos últimos cem anos. Assim,

“Os primeiros sistemas de tarefas domiciliares e de subcontratação representavam uma forma de transição, fase durante a qual o capitalista não havia ainda assumido a função essencial de direção no capitalismo industrial e o controle sobre o processo de trabalho...” (Braverman, 1977:64).

O autor aponta que o sistema domiciliar, baseado em uma rudimentar divisão do trabalho, impedia um maior desenvolvimento da divisão do trabalho.

“Enquanto o empenho de comprar trabalho acabado, em vez de assumir o controle direto sobre a força de trabalho, aliviava o capitalista das incertezas desse sistema pela fixação de determinado custo unitário, ao mesmo tempo punha fora do alcance do capitalista muito potencial de trabalho humano que pode tornar-se disponível por horas estabelecidas, controle sistemático e reorganização do processo de trabalho” (*op.cit.*:65).

Neste sentido, Braverman (1977) conclui que o primeiro passo na superação do sistema domiciliar foi a reunião dos trabalhadores sob um único teto de trabalho, impondo-lhes horas regulares de trabalho. Assim,

“Dentro das oficinas, a gerência primitiva assumiu formas rígidas e despóticas, visto que a criação de uma ‘força de trabalho livre’ exigia métodos coercitivos para habituar os empregados às suas tarefas e mantê-los trabalhando durante dias e anos” (*op.cit.*:67).

Braverman (1977) coloca que com a criação de novas relações sociais de produção e com a transformação do modo de produção, os capitalistas se viram diante de problemas de administração que eram diferentes em relação às características dos processos de produção anteriores.

“Sob as novas e especiais relações do capitalismo, que pressupunham um ‘contrato livre de trabalho’, [os capitalistas] tiveram que extrair de seus empregados aquela conduta diária que melhor serviria a seus interesses,

impor sua vontade aos trabalhadores enquanto efetuassem um trabalho em base contratual voluntária” (*op.cit.*:68).

A Direção Científica do Trabalho — D.C.T. — surge num período de extrema e rápida acumulação de capital, num momento onde a grande indústria capitalista se desenvolve com base na produção de valores em escala cada vez maior a partir da intencional e sistemática aplicação da ciência à produção; momento este em que se observa uma nova fase de configuração de modo de produção capitalista — a consolidação do capitalismo monopolista³.

Detalhando um pouco mais esta questão, ao analisarmos a transformação do modo de produção capitalista no seu período imperialista, podemos observar que a transformação do capitalismo em capitalismo monopolista exigiu um crescimento das empresas e, conseqüentemente, aumentaram-se seus órgãos administrativos e de gestão e uma nova forma de organização da produção teve que ser desenvolvida (Fabrègues, 1975a).

Este aumento na escala de produção implicou na conquista de formas pré-capitalistas de produção — ofícios — e contratação de um grande número de trabalhadores externos ao processo histórico de constituição dos antagonismos classistas com o desenvolvimento da indústria capitalista. Neste sentido, a D.C.T. teria sua especificidade histórica no fato de ter operado de forma sistemática e

³Segundo Corriat (1976), trata-se para o capital de um período de expansão muito forte: o petróleo e com ele a química, a eletricidade, a ferrovia e o aço já são setores cartelizados e a guerra para a repartição dos mercados está na ordem do dia (ver também, Beaud, 1999).

legítima a já existente separação entre unidade de concepção e de execução, entre trabalho intelectual e trabalho manual (Braverman, 1977).

Acreditamos que o taylorismo tenha surgido e se desenvolvido justamente no momento em que a configuração modo de produção capitalista se transforma, o que exige novas formas de organização do processo produtivo para que seja viável a larga produção de mercadorias.

Segundo Braverman (1977), "... o estudo do trabalho por aqueles que o administram ou em favor deles só veio à tona na época capitalista..." (*op.cit.*:84), pois na verdade havia pouca base para este estudo antes.

"O que Taylor fez não foi criar algo inteiramente novo, mas sintetizar e apresentar idéias num todo razoavelmente coerente que germinaram e ganharam força na Inglaterra e nos Estados Unidos durante o século XIX. Ele deu uma filosofia e título a uma série desconexa de iniciativas e experiências" (Urwick, L., Brech, E. F. L., *apud*: Braverman, 1977:85)⁴.

Neste sentido, Braverman (1977) constata que a gerência científica significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Ela parte "...do ponto de vista do capitalista, do ponto de vista da gerência

⁴Não podemos reduzir, neste sentido, o taylorismo à série de técnicas que desenvolverá a Organização Científica do Trabalho — O.C.T. —, pois o taylorismo se baseia amplamente em práticas anteriores à ele, consistindo em um restabelecimento e em uma sistematização dessas práticas, sistematização que está na base de sua especificidade, ou seja, tais práticas são trabalhadas de forma particular pela D.C.E. e depois repassadas aos trabalhadores (Coriat, 1976).

de uma força refratária no quadro de relações sociais antagônicas” (*op.cit.*:83), investigando a adaptação do trabalho às necessidades do capital.

Braverman (1977) analisa o taylorismo como pertencente à cadeia de desenvolvimento dos métodos de organização do trabalho. Deste modo, ele se ocupa da organização do trabalho em si e de seu controle, e seus sucessores se encontram na engenharia e projeto de trabalho, bem como na alta administração⁵.

Observando as conseqüências desta nova realidade, constata-se que a organização do trabalho vai promover, neste sentido, um amplo processo de qualificação-desqualificação; qualificação no âmbito do trabalhador coletivo e desqualificação no posto individual de antigos trabalhadores de ofício, puxando para baixo a qualificação geral do trabalhador coletivo, sobretudo “...no que diz respeito aos pontos caracterizados anteriormente pelo empirismo e a obscuridade de seus métodos” (Rolle, 1978:48).

Segundo Braverman, a D.C.T. vai aprofundar as diferenças entre a direção que são os responsáveis pela organização do processo produtivo e os membros subordinados — os operários. É preciso, na visão de Taylor, vincular novos

⁵Segundo Braverman (1977), já as escolas posteriores à taylorista, as de psicologia industrial ou “relações humanas”, representadas principalmente por Hugo Münsterberg e Elton Mayo, críticos ao taylorismo, ocupam-se sobretudo com o ajustamento do trabalhador ao processo de produção em curso, na medida em que o processo é projetado pelo engenheiro industrial. Os sucessores de Münsterberg e de Mayo encontrar-se-iam nos departamentos de pessoal e escolas de psicologia e sociologia industrial; tais departamentos ocupam-se com a seleção, adestramento, manipulação, pacificação e ajustamento da “mão-de-obra” para adaptá-la ao processo de trabalho organizado de forma taylorista.

métodos de trabalho que levem o operário e entregar-se à eles na medida em que não são conhecidos e dominados.

Deste modo, para além de se codificar e prescrever o trabalho, a D.C.T. vem para anular o ofício, principalmente no que se refere ao saber-fazer operário, ou seja, sua autonomia frente ao processo produtivo. Para tanto,

“A empresa deve controlar a aquisição de conhecimentos assegurando a informação do empregador, se possível, ou selecionando os postulantes segundo critérios precisos. [A empresa] deve deixar de ser pensada como soma de indivíduos possuidores de um saber incomunicável, mas como um sistema claro para todos e sempre suscetível de reforma” (*op.cit.*:50).

Poderíamos apresentar o sistema Taylor desta maneira: seria, tal sistema, um modo de organização de trabalho planejado e testado nos Estados Unidos pelo engenheiro Frederic Taylor, a partir de 1890.

Para Taylor, os interesses entre patrão e empregado não seriam antagônicos, mas únicos e, neste sentido, a prosperidade do empregador não poderia existir sem a prosperidade do empregado e vice e versa. A maior prosperidade decorreria

“... da maior produção possível dos homens e máquinas do estabelecimento, isto é, quando cada homem e cada máquina oferecem o melhor rendimento possível” (Taylor, 1985:31).

Porém o operário, segundo ele, feria a produtividade (o chamado “fazer cera”), através da indolência, produzindo o inferior à sua capacidade física.

Segundo Coriat (1976), o chamado “fazer cera” se apresenta

“... como a questão chave e o obstáculo fundamental que se opõe à expansão do capital. Não se trata somente de uma estratégia sistemática dos operários da indústria, mas sim e antes de tudo, de uma *política sindical*” (*op.cit.*:88).

Segundo Taylor (1985), as variantes das causas da “vadiagem” no trabalho seriam: primeiramente, o trabalhador acreditaria que o maior rendimento do homem e da máquina teria como resultado o desemprego de um grande número de operários; em segundo lugar, o sistema defeituoso da administração forçaria os operários à “fazerem cera” no trabalho para proteger seus interesses — o que Taylor chama de “indolência sistemática” — e, finalmente, os operários desperdiçariam grande parte do seu esforço devido aos métodos empíricos ineficientes utilizados nas empresas.

A eliminação dos poros da jornada de trabalho segundo Taylor (1985)

“...desceria tanto o custo da produção que ampliaria o nosso mercado interno e externo, de modo que poderíamos competir com nossos rivais. Remover-se-ia uma das principais causas de nossas dificuldades sociais, por falta de emprego e por pobreza; teríamos também uma ação mais permanente decisiva sobre esses infortúnios do que os remédios usados, até agora, para combatê-los. Assegurar-se-iam salários mais elevados, menos horas de serviço diário e melhores condições de trabalho e habitação” (*op.cit.*:33).

Para Taylor, os antigos sistemas de administração impunham que a cada trabalhador fosse entregue a responsabilidade de executar seu trabalho, da forma que melhor lhe correspondesse, sem auxílio e orientação da gerência. Porém, devido ao isolamento do trabalhador, seria impossível para ele, com estes sistemas, realizar o serviço de acordo com normas ou leis da ciência⁶. Assim sendo,

“A fim de que o trabalho possa ser feito de acordo com leis científicas, é necessário melhor divisão de responsabilidades entre a direção e o trabalhador do que atualmente observada em qualquer dos tipos comuns de administração” (Coriat, 1976:41).

Neste sentido, os gerentes teriam um novo papel correspondente à função

“... de reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para a execução do trabalho diário” (*op.cit.*:49).

⁶O salário por tarefa/rendimento constituiria, do ponto de vista do capital, a forma mais elaborada de controle operário. Mas, se em um primeiro momento o salário por tarefa pode atuar no sentido de fazer com que o operário produza mais, na medida em que os “melhores tempos” são, posteriormente, tomados com base para o estabelecimento do “salário base”, o resultado para o trabalhador é, no fim das contas, um aumento na intensificação do trabalho sem (ou quase sem) aumento de salário. Havia, assim, uma grande resistência por parte dos operários a este tipo de controle e estes podiam resistir pois seu *saber-fazer* ainda não havia sido quebrado. É justamente neste ponto que o taylorismo vai intervir (Coriat, 1976).

Neste sentido, segundo Coriat, primeiramente, a direção desenvolveria para cada elemento do trabalho individual uma ciência para a substituição dos métodos empíricos; em segundo lugar, os trabalhadores deveriam ser cientificamente escolhidos, treinados e aperfeiçoados (o que no passado, segundo Taylor, não ocorria, pois o trabalhador escolhia seu próprio trabalho e treinava a si mesmo como podia); o terceiro ponto é que a direção deveria cooperar cordialmente com os trabalhadores para articular todo o trabalho como os princípios da ciência que foi desenvolvida e, finalmente, dever-se-ia manter uma divisão eqüitativa — “quase igual” — de trabalho e responsabilidades entre a direção e o operário, pois sobre o trabalhador, no passado, pesavam quase todas as responsabilidades do trabalho (*op.cit.*:47-48).

Concordando com Coriat (1976), podemos assim dizer que o taylorismo, na medida em que é um método de organização do trabalho, é um método particular de produção de mais-valia relativa. Dessa forma, é parte integrante das forças produtivas. Para se colocar em funcionamento como processo de extração de mais-valia relativa, o taylorismo encontra um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas (conjunto de meios de trabalho), senão como obstáculo, mas ao menos como inadequado aos seus objetivos. Neste sentido, da mesma forma que o estudo “científico” trata dos tempos e movimentos, deve tratar das ferramentas utilizadas nas operações que intenta decompor pela cronometragem.

Deste modo, Coriat (1976) verifica que o taylorismo vai transformar as ferramentas que encontra em dois aspectos: na seleção das ferramentas existentes e na promulgação das regras para o desenho das ferramentas futuras; na estandardização e uniformização dos meios de trabalhos por ramos e inter-ramos.

Segundo Taylor, os princípios que devem ser aplicados às ferramentas são:

- “1. que se proceda um estudo profundo de *cada tipo de ferramenta* das utilizadas empiricamente,
2. que se determine mediante ao *estudo dos tempos, a velocidade do emprego de cada uma delas,*
3. que os *aspectos interessantes* a cada uma dessas ferramentas sejam reunidos em *uma nova, normalizada,* que permita ao operário trabalhar mais rápido e com maior facilidade que antes,
4. essa ferramenta deve ser adotada agora em lugar das antigas; seu emprego deve ser mantido até que seja superada por outra que, *após o estudo dos tempos e movimentos, mostre-se todavia melhor*” (Taylor, *apud*: Coriat, 1976).

Mas o taylorismo não promove, também neste caso, segundo Coriat (1976), a criação inédita de qualquer ferramenta. Ele está na base de um movimento que é um processo de inovação e renovação da ferramenta existente. Neste sentido, seu fundamento, primeiramente, é a separação entre o trabalho de concepção e o de execução. As ferramentas são selecionadas pela direção que,

“...partindo da ferramenta herdada dos ofícios, porém retomada de tal forma — nos departamentos de preparação de ferramentas — exclui a concepção

aos operários, seu saber e sua iniciativa. Esta forma de apropriação do saber operário ('cristalizado' nas ferramentas) e seu restabelecimento a luz do desenvolvimento contemporâneo do taylorismo pela mecânica, a física e a química é também uma forma de exclusão dos trabalhadores diretos" (*op.cit*:100).

Em segundo lugar, Coriat (1976) constata que a "nova" ferramenta deve favorecer a maior fragmentação possível do trabalho, decompondo o trabalho complexo — mas não reduzido —, em trabalho simples. Aqui se encontra uma forma de assegurar o controle do processo de trabalho pelo capital e de romper com a capacidade de resistência dos operários. Em terceiro, deve-se permitir a maior eficácia possível do trabalho vivo em relação ao estudo dos "tempos". Finalmente, os dois últimos elementos, combinando suas exigências específicas, contribuem para fazer do trabalho morto — cristalizado em forma de máquinas — a base fundamental do processo de trabalho⁷.

Pode-se dizer que o taylorismo (e também o fordismo) determinam um novo momento das forças produtivas.

⁷Segundo Coriat (1976), Ford, através da linha de montagem, vai aperfeiçoar o que foi desenvolvido no taylorismo. A introdução da cadeia permite assim, incorporar os tempos e movimentos à maquinaria; "fragmentar" e "parcializar" radicalmente os movimentos requeridos pelo trabalho vivo; tornar assim possível uma considerável intensificação do trabalho. Linhart, (1983:85), ao nível do processo produtivo, define o fordismo desta maneira: "O 'fordismo' é uma aplicação do sistema Taylor, na fabricação em massa: em 1913, Henry Ford introduziu a primeira cadeia de montagem, na construção de automóveis, em Detroit".

“Se estamos diante de uma ‘revolução das condições de produção’, trata-se de uma revolução interna ao seio do capital, em seu benefício e baseada em processos que controla totalmente” (*op.cit.*:101).

Coriat (1976) consegue assim demonstrar que a idéia da “neutralidade” da técnica, fortemente arraigada entre os economistas e que corresponde a tese segundo a qual as máquinas, as ferramentas e os meios de produção em geral possuem como objetos materiais as características exigidas pelas regras “técnicas” de sua fabricação, somente tem a função de obscurecer o que é fundamental no sistema especificamente capitalista: que a técnica pode permanecer, mas

“... antes da técnica estão a política, a luta de classes e a apropriação da técnica pelo capital. O que explica e faz possível que as características técnicas sejam as necessárias, não para uma maior eficácia do trabalho ‘em geral’ — o que não quer dizer nada: não se trabalha ‘em geral’, mas sempre sob relações de produção concretas — mas para a maximização do produto [mais-valia] em condições de uma divisão do trabalho que assegure ao capital o controle do processo de trabalho... estes dois objetivos não são contraditórios. A instauração da dominação é, de alguma maneira, condição para extração máxima de mais-valia; os dois imperativos aparecem, pois, como complementares” (*op.cit.*:102).

Pode-se dizer que o papel de Taylor nesse processo foi, primeiramente complementar, por meio da organização do trabalho, aquilo que a maquinaria não havia realizado em se tratando de expropriação técnica dos operários e também renovar a maquinaria, imprimindo-a um novo impulso (Coriat, 1976).

Linhart (1983) aponta que não se pode negar que Taylor sabia que o *know-how* profissional era (e é) um capital nas mãos dos operários, o que corresponde a uma autodeterminação e uma certa autonomia do produtor direto quanto ao ritmo e ao volume da produção, pois eles se sentiam livres para utilizar seus métodos de trabalho transferidos a eles por outros trabalhadores mais experientes (geralmente os ensinamentos eram passados oralmente). Assim, a direção capitalista não poderia intervir diretamente sobre a produção, pois não saberia quanto tempo cada operário se dedicaria a sua atividade. Taylor, percebendo tal “falha” no processo de produção capitalista, teve o intuito de dar “direção científica ao trabalho”, através de uma expropriação deste *know-how* profissional, regulamentando normas de tempo e de rendimento. Quase não há, assim, produção de conhecimentos novos, mas uma apropriação, pelo capital e seus agentes, do saber operário, de sua subjetividade (Linhart, 1983).

Verificamos assim que o objetivo de Taylor era o máximo que pode ser obtido de um dia de força de trabalho. Os trabalhadores, segundo Taylor, “faziam cera”, pois eram controlados apenas pelas ordens e disciplina gerais — não sendo adequadamente controlados — e, tendo controle sobre seus trabalhos, podiam executá-los em uma velocidade mínima e a direção capitalista, que não possuía controle efetivo sobre cada parcela da atividade realizada no processo de trabalho, não percebia isto (*ibid*).

Com o processo de expropriação do saber operário, a disciplina dos produtores diretos se torna exterior, ou seja, está nas mãos da direção capitalista do processo de trabalho, que detém os conhecimentos relativos a este processo.

Segundo Linhart, “É uma operação decisiva que poderia ser qualificada de ‘expropriação de massa no plano do saber” (*op.cit.*:80), que faz do enquadramento social uma necessidade técnica. A organização social do trabalho subdividi-se em uma burocratização gigantesca e a autonomia operária se reduz drasticamente. O aumento de produtividade — extração de mais-valia — financia tal divisão e especialização do trabalho, tendo também o capitalista, a sua grande margem de lucro (*ibid*).

“(...) os conhecimentos, a inteligência e a determinação que o camponês e o artesão independentes desenvolvem, em pequena escala, mais ou menos como o selvagem pratica a arte da guerra, sob a forma de astúcia pessoal, passam a ser solicitados somente para o conjunto da fábrica. As potências intelectuais da produção desenvolvem-se de um único lado porque desaparecem em todos os outros. O que os parcelários perdem concentra-se, à face deles, no capital. A divisão manufatureira lhes opõe as potências intelectuais da produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esta cisão (...) completa-se (...) na grande indústria que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho e a engloba a serviço do capital” (Marx, *apud.*: Linhart, R., 1983: 82).

Taylor parte do raciocínio de que o conjunto da sociedade industrial vinha sendo abalado e dilacerado pelas difíceis relações entre patrões e operários; para ele há uma possibilidade de construir uma comunidade de interesses na medida mesmo em que esses conflitos opõem as partes em torno de medidas e grandezas observáveis e mensuráveis: tempos, condições e quantidades de trabalho. Deste modo, o conflito social poderia ser apaziguado se a determinação destas grandezas

se tornasse científica, escapando assim a órbita do controle dos trabalhadores diretos.

Segundo Taylor, era necessário para a segurança da propriedade industrial e dos lucros de seus proprietários que o “saber-fazer” também se tornasse parte material da indústria; para tanto, far-se-ia necessário o emprego de algum princípio de organização do trabalho capaz de realizar legitimamente a expropriação deste saber operário. Esta operação foi realizada por Taylor da seguinte maneira: o processo de trabalho passa a ser concebido por uma parcela de trabalhadores (“descendentes” diretos dos mestres e artesãos de oficina) técnico-científicos; uma outra parcela de trabalhadores voltados para o controle deste processo e uma última parcela de trabalhadores manuais que nada deviam conhecer sobre o conteúdo cognitivo de suas próprias atividades.

Os aspectos distintivos do pensamento de Taylor em relação aos outros estudos sobre emprego de métodos experimentais de trabalho — em especial, Charles Babbage, Henry Fayol e outros — são vários. Taylor não buscava a melhor “maneira de trabalhar em geral”, mas uma resposta ao problema específico de como controlar melhor a força de trabalho. Ele também foi inovador em seu conceito de controle, este sempre um aspecto essencial de gerência através de sua história (Bravermann, 1977). Pode-se dizer que antes de Taylor, os estágios de controle gerencial sobre o trabalho se davam da seguinte forma:

“... a reunião de trabalhadores numa oficina e a fixação da jornada de trabalho, a supervisão dos trabalhadores para garantia de aplicação diligente,

intensa e ininterrupta; execução das normas contra distrações (conversas, fumo, abandono do local de trabalho, etc.) que se supunha interferir na aplicação; a fixação de mínimos de produção, etc” (*op.cit.*:86).

Braverman (1977) constata que, neste sentido, o direito de “controlar” o trabalho significava apenas a fixação de tarefas. Assim sendo, a oficina, segundo Taylor, era acionada pelos operários e não pelos patrões, aqueles planejando cuidadosamente em quanto tempo o trabalho tinha que ser feito. Taylor inovou o sentido de controle

“...quando asseverou como uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado” (*op.cit.*:86).

A gerência para Taylor não poderia deixar ao trabalhador qualquer decisão sobre o trabalho; assim, ela deveria efetuar o controle do modo concreto de execução de toda atividade no trabalho, da mais simples a mais complicada. Deste modo,

“...o controle sobre o processo de trabalho deve passar às mãos da gerência, não apenas num sentido formal, mas pelo controle e fixação de cada fase do processo, inclusive seu modo de execução” (*op.cit.*:94).

Taylor não estava interessado em princípio no avanço da tecnologia; interessava-lhe o controle do trabalho em qualquer nível de tecnologia.

Segundo Coriat (1976), em seus quatro princípios (supra:17), os membros da direção utilizarem-se da ciência de executar cada elemento do trabalho em substituição dos antigos métodos empíricos significa, não só a separação entre o trabalho de concepção e execução, mas a decomposição da execução em seus elementos mais simples. Assim, através deste processo, tem a direção o controle da organização do trabalho;

“O processo deve ser independente do ofício, da tradição, e do conhecimento dos trabalhadores. Daí por diante deve depender não absolutamente das capacidades dos trabalhadores, mas inteiramente das políticas gerenciais” (Bravermann, 1977:103).

Este princípio pode ser chamado, de acordo com Braverman (1977) de *dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores*.

Selecionar os trabalhadores e treiná-los de maneira científica significa a instauração da seleção na organização do trabalho; nesse sentido, a sociologia industrial e a psicotécnica passarão a se desenvolver rapidamente;

A “colaboração cordial” da direção com os trabalhadores, com o objetivo de assegurar a execução do trabalho conforme os princípios científicos elaborados pela gerência, significa o estabelecimento do controle horizontal e vertical;

Segundo Coriat (1976) o termo “quase igual” é por si todo um programa, pois aí se encontra a proporção que Taylor preconiza: “um membro da direção para três operários”. Porém, restará aos operários um grande número de

tarefas previsto pela direção: o que o operário deve fazer, como deve fazer e o tempo certo para fazer. Na realidade, o significado deste termo é a separação, de um lado, da concepção e preparação do trabalho e, de outro, sua execução.

“Taylor sabe isto tão bem que reconhece que, dos quatro princípios, os três primeiros são cumpridos freqüentemente pelos antigos métodos de direção ‘ainda que de forma parcial e rudimentar’, enquanto que o quarto, ponto chave do sistema, realiza um desenvolvimento particular e [Taylor] o apresenta claramente como seu aporte fundamental” (*op.cit.*:96).

Tem-se, com o surgimento e aprimoramento da gerência científica várias conseqüências. A separação do trabalho manual do intelectual reduz a necessidade de trabalhadores diretamente na produção, pois ela os despoja de funções mentais que consomem tempo e atribui a outrem estas funções. Mas a conseqüência inexorável desta separação é que o processo de trabalho é agora dividido entre lugares e grupos de trabalho diferentes, ou seja, cada lugar e grupo se restringe uma parcela do processo de trabalho. Com isto,

“Os processos físicos são agora executados mais ou menos cegamente, não apenas pelos trabalhadores que o executam, mas com freqüência também por categorias mais baixas de empregados supervisores. As unidades de produção operam com a mão, vigiada, corrigida e controlada por um cérebro distante (...). O conceito de controle adotado pela gerência moderna exige que cada atividade na produção tenha suas diversas atividades paralelas no centro gerencial: cada uma delas deve ser prevista, pré-calculada, experimentada, comunicada, atribuída, ordenada, conferida, inspecionada,

registrada através de toda a sua duração e após conclusão. O resultado é que o processo de produção é reproduzido em papel antes e depois que adquire forma concreta” (Braverman, 1977:113).

Neste sentido, cada vez mais a concepção do trabalho é concentrada em grupos cada vez mais restritos dentro da gerência, ou intimamente associados com ela, com o acirramento do antagonismo classista.

Braverman (1977) demonstra pertinentemente que a separação do trabalho manual do intelectual é a medida decisiva mais simples na divisão do trabalho tomada pelo modo de produção capitalista, desenvolvendo-se, sob a gerência capitalista, por toda sua história. Antes o ofício proporcionava um vínculo diário entre a ciência e o trabalho, pois o profissional estava constantemente obrigado ao emprego de conhecimento rudimentar científico; com a separação do trabalho manual do de concepção, o trabalhador é separado da ciência e esta apropriada pelo capital. A destruição dos ofícios teve reação dos trabalhadores, pois estes tinham consciência do que a separação do trabalho manual do intelectual significava: a transformação do trabalhador de um profissional a uma ferramenta.

“O taylorismo desencadeou uma tempestade de oposição entre os sindicatos durante os primeiros anos deste século; o que é mais digno de nota sobre esta primeira oposição é que ela se concentrava não nos acessórios do sistema de Taylor, como a cronometragem e estudo do movimento, mas no seu esforço essencial para destituir os trabalhadores do conhecimento do ofício, do controle autônomo, e imposição a eles de um processo de trabalho acerebral no qual sua função é de parafusos e alavancas” (*op.cit.*:121).

Neste sentido, tentaremos analisar como o taylorismo, aqui caracterizado como um instrumento, por parte do capital, de intensificação da extração da mais-valia relativa poderia ser adaptado, na concepção de Lenin, a um modo de produção “socialista”

II

**Da crítica ao primado do desenvolvimento das forças produtivas
à concepção de Lenin sobre o socialismo**

Se considerarmos as concepções teóricas predominantes na II^a Internacional, teremos como principal fator da transição o desenvolvimento autônomo das forças produtivas que entraria em contradição com o que seria a principal característica do modo de produção capitalista: a propriedade privada dos meios de produção. Neste desenvolvimento, estas relações de propriedade seriam destruídas, pois estariam impedindo a socialização e o crescimento das forças produtivas que realizaria a transição ao comunismo. Segundo Sirianni (1992), o “otimismo tecnológico” é a principal premissa que domina o trabalho dos principais pensadores da II^a Internacional, como Kautsky e Plekhanov. Este “otimismo tecnológico” basear-se-ia na produção de uma versão “completamente produtivista da dinâmica histórica” entre as forças produtivas e as relações de produção. Neste sentido,

“A completa base material para o socialismo estaria sendo formada no interior da sociedade capitalista e poderia ser apropriada tal como ela é pelo regime socialista. A apreensão revolucionária do poder eliminaria a última

barreira institucional para a mais longa extensão desta emancipação neutra e objetiva das forças produtivas” (*op.cit.*:253).

Neste sentido,

“Aceitar o esquema teórico em questão e por consequência o primado das forças produtivas como motor da transformação de diferentes formações sociais implicaria na idéia de um progresso contínuo da sociedade; também a certeza de ter descoberto a lei universal e objetiva ao modo das leis ‘da natureza’ ...” (La Grassa, Turchetto, 1979:64).

2.1. Crítica ao primado do desenvolvimento das forças produtivas

Escolhemos analisar o texto Prefácio de 1859 - *Contribuição à Crítica da Economia Política* de Marx, devido à grande polêmica que este texto fez e faz surgir no interior do debate acerca do economicismo como um traço predominante ou não do marxismo⁸. Assim, neste texto, podemos considerar que o conjunto do movimento histórico se encontra reduzido ao desenvolvimento das forças produtivas.

⁸No debate especificamente sobre o caráter economicista deste texto de Marx e do conjunto de sua obra, podemos observar a intervenção tanto de autores que romperam com a teoria marxista, como por exemplo Habermas em seu livro *Para a reconstrução do materialismo histórico* como de autores que debatem no interior do campo marxista, como Negri em *Marx - au-delà de Marx*, principalmente o capítulo 3: “La méthode de la tendance antagoniste”. Estes dois autores são considerados importantes para apreendermos a polêmica deste debate, pois suas posições teóricas vão de um extremo ao outro, desde o comprometimento total da obra de Marx à problemática do economicismo, no sentido da irrelevância da análise científica do materialismo histórico enquanto forma explicativa das relações sociais capitalistas, posição esta a de Habermas, como uma posição de completa negação de uma problemática economicista da obra de Marx como também do Prefácio,

Para Marx,

“... na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (...) Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves” (Marx, 1989:233).

A passagem acima pode ser interpretada como o estabelecimento, entre a base econômica e a superestrutura jurídica e política, de uma relação mecânica. Neste sentido, este texto de Marx utiliza de forma reducionista o conceito de modo de produção, sendo este conceito, no *O Capital*, trabalhado de forma mais detalhada e não-economicista. Este conceito, no Prefácio, estaria reduzido simplesmente ao desenvolvimento das forças produtivas.

posição esta sustentada por Negri. Porém, segundo Bettelheim (1979), mesmo que alguns textos de Marx sugiram a problemática do desenvolvimento autônomo das forças produtivas, sua obra mostra que o *motor da história é a luta de classes* e que em uma sociedade de classes, as relações sociais se transformam através dos conflitos e que as relações socialistas só podem surgir de uma luta de classes.

Segundo Balibar (1980), baseando-se no Marx d'O *Capital*, pode-se definir desta maneira o conceito de modo de produção. Primeiramente, tal conceito se caracteriza “... *pela natureza das relações de produção que ele pressupõe e reproduz entre produtores diretos ... , não-produtores e meios de produção materiais*”. Em segundo lugar, “... todo o modo de produção se caracteriza pelas *transformações tendenciais que as forças produtivas existentes sofrem sob o efeito das relações de produção determinadas*”, ou seja, a “*natureza das forças produtivas materiais ... combinadas no trabalho social (instrumentos de trabalho e formas correlativas da cooperação, imediata ou indireta dos trabalhadores)*...” está subordinada à *relações de produção determinadas e constituem sua base*; finalmente, “... todo modo de produção se caracteriza pelas formas ‘*superestruturais*’ necessárias à reprodução permanente das relações de produção”, reprodução esta garantida não somente pelo processo de produção, mas pelas formas jurídicas, políticas e ideológicas de uma sociedade (*op.cit.:30-31*).

Neste sentido, as forças produtivas especificamente capitalistas compõem uma relação de “correspondência”⁹ às relações de produção que condicionam o processo de reprodução do capital. Este processo, para além de ser caracterizado por formas “superestruturais”, é fundamentalmente caracterizado pela luta de classes na produção, na qual a burguesia desempenha o papel dominante no sentido da transformação contínua da técnica e da organização do processo de trabalho, ou seja, das forças produtivas. Tal alteração das condições técnicas e da

⁹Segundo Balibar (1980) os conceitos de correspondências e não-correspondências são utilizados por ele da mesma forma que foram utilizados primeiramente por

organização do processo de produção constitui o momento determinante da reprodução das relações capitalistas, relações estas baseadas na extração cada vez maior de mais-valia relativa (Magaline, 1975).

Assim, segundo Balibar, o modo de produção capitalista é caracterizado fundamentalmente pelas "... relações de produção que opõem o capital aos trabalhadores assalariados num processo de produção de *mais-valia*" (*op.cit.*:31).

Segundo Martorano (2000), no Prefácio, sendo as forças produtivas consideradas como o motor do desenvolvimento histórico, o papel da luta de classes, enquanto motor das transformações ocorridas no modo de produção capitalista e também no período de transição de um modo de produção a outro, é inexistente. Mas, para além da ausência da referência ao papel da luta de classes, neste texto

"O economicismo se manifesta na relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a configuração das relações de produção, na relação entre a base econômica e a superestrutura jurídica e política no papel da superestrutura na implantação de novas relações de produção" (*op.cit.*:24).

É esta problemática predominante neste texto de Marx, *mutatis mutandis*, que vai predominar no debate teórico da II^a e da III^a Internacionais ¹⁰. Ao se considerar a oposição mecânica entre relações de produção e forças produtivas, estas últimas acabam por ocupar um papel determinante no processo de transição de um modo de produção a outro, no sentido de acumulação de condições para a

Charles Bettelheim em seu livro *Les cadres socio-économiques et l'organisation de planification sociale*, "Problèmes de Planification".

ultrapassagem das relações de produção. A necessidade desta ultrapassagem se daria porque as relações de produção, reduzidas à mera propriedade privada dos meios de produção, barrariam o processo de desenvolvimento pleno das forças produtivas, desenvolvimento este que ocasionaria a transição a um modo de produção mais elevado. Está aí aberto o período das revoluções sociais, segundo Marx. Nesta concepção acerca da transição, as relações de produção, contaminadas pela história e pelas variações políticas, seriam um aspecto negativo do modo de produção capitalista, pois apresentariam a característica de retardar o processo de desenvolvimento histórico, enquanto as forças produtivas, consideradas como um núcleo a-histórico, não estariam submetidas à variações de ordem social, apresentando-se livres para um crescimento linear; elas apareceriam assim como um aspecto positivo à transição, pois a ciência e técnica capitalistas são aí consideradas neutras, não contaminadas pelas contradições classistas do modo de produção capitalista. (Magaline, 1975)¹¹. Na lógica economicista,

“A estrutura econômica determina *univocamente* a superestrutura, que é seu mero reflexo, um epifenômeno que não altera em nada, mesmo na transição, a primeira (...) A superestrutura não desempenha papel algum na implantação de novas relações de produção. Primeiro, estas se formam, unicamente pela ação das forças produtivas, e *depois* de formadas é que se

¹⁰Ver, no sentido desta discussão, Magaline (1975), principalmente pp. 21-40 e Bettelheim (1979), pp.19-51.

¹¹Mesmo levando em consideração a importância de Magaline e de seu livro *Luta de classes e desvalorização do capital*, não concordamos com sua tese de que as forças produtivas seriam a materialização das relações de produção. Acreditamos que tal tese leva a um outro reducionismo: o de desconsiderar uma relação de

transformam o Estado, o direito, a ideologia, ‘com maior ou menos rapidez’. A esfera jurídico-política é então acionada no final do processo, com o resultado já estabelecido, se adaptando a ele obrigatória e passivamente. No caso, por exemplo, da transição do capitalismo para o socialismo, a aplicação do modelo marxiano negaria a primazia da política no processo de transformação social e a anulação do papel da ditadura do proletariado na instauração de relações de produção socialistas, bem como admitiria a possibilidade de que estas emergissem no interior do antigo modo de produção” (Martorano, 2000:24) ¹².

Reduzir as relações de produção ao pleno desenvolvimento das forças produtivas é obscurecer, fetichizar a principal contradição inscrita no modo de produção capitalista: a contradição capital-trabalho. Quebrar com o “invólucro” das forças produtivas para o seu pleno desenvolvimento, ou seja, destruir as relações de propriedade privada não significa o fim das formas de existência das classes sociais e, conseqüentemente, da luta entre tais classes, pois

“Estas condições inscrevem-se, de fato ..., não nas formas jurídicas de propriedade, mas nas *relações de produção*, ou seja, na *forma do processo social de apropriação*, no lugar que a forma desse processo destina aos

autonomia relativa que se dá através das correspondências e não-correspondências entre forças produtivas e relações de produção.

¹²Mesmo concordando em vários aspectos com Martorano (2000) no tocante à presença da tese economicista do primado do desenvolvimento das forças produtivas no Prefácio de 59, acreditamos que este autor, ao considerar a possibilidade da transição do modo de produção capitalista ao socialismo, acaba por confundir o conceito de socialismo com o de comunismo, pois neste, as relações de produção capitalistas e, em conseqüência, as classes, estariam completamente extintas; naquele, ainda subsistiriam relações de produção capitalistas já em fase de transformação, através da permanência da luta de classes no sentido da revolucionarização do processo produtivo.

agentes da produção, isto é, nas relações que se estabelecem entre eles na produção social” (Bettelheim1979:29).

Neste sentido, analisar as relações de produção relacionando-as à divisão do trabalho especificamente capitalista, permite-nos entender como se dá o processo de produção e reprodução destas relações e em que sentido elas precisam ser transformadas¹³.

Balibar (1975) também constata no Prefácio de 1859 a formulação de uma “contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a natureza das relações de produção” possuindo, tal formulação, dois inconvenientes: o de demonstrar, por um lado, um desenvolvimento autônomo das forças produtivas, exterior à luta de classes e, assim, inexplicável; e também, o de ter como resultado um enrigecimento das relações de produção, estas imutáveis, a não ser que sofram a intervenção de uma “revolução”.

Mas, em *O Capital*, o que Marx analisa

“... é o desenvolvimento contraditório das forças produtivas, a contradição no desenvolvimento das forças produtivas, sob o efeito da relação de produção e de exploração fundamental que aí está historicamente realizada, contradição que é portanto praticamente indissociável das lutas de classes específicas” (Balibar,1975:143).

¹³Segundo Balibar (1980), no modo de produção capitalista, sua estrutura de produção estabelece as condições necessárias para a sua permanente reprodução, ou seja, para a “eternização” das relações sociais capitalistas. Isto só pode acontecer se a estrutura deste modo de produção não for transformada. Se efeitos antagônicos fossem produzidos a partir desta estrutura, tal reprodução não poderia ocorrer e este mesmo modo de produção por si só se destruiria.

Neste sentido, Balibar (1980) afirma que não se pode falar da existência de uma contradição entre forças produtivas e relações de produção, mas sim na constituição de uma relação de “correspondência” e “não-correspondência” entre elas.

As formas de correspondências

“... tem por objeto próprio a determinação de efeitos no interior da estrutura de produção, e o modo mais variado dessa determinação, e não uma relação de *expressão* que constitui tão só o inverso de uma causalidade mecânica (*op.cit.:270*)”.

Já o conceito de não-correspondência corresponde ao período de transição,

“... porque o modo de intervenção da prática política, em vez de conservar os limites e produzir os seus efeitos sob a determinação deles, os desloca e transforma” (*op.cit.:273*).

Balibar afirma que o aumento da produtividade do trabalho está limitado pela natureza das relações de produção, natureza esta marcada pela formação da mais-valia relativa. A produtividade do trabalho, neste sentido, corresponde aos limites de variação da jornada de trabalho, à relação entre trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho e sobretalho (sendo a tendência do capital

sempre no sentido de diminuição do trabalho necessário e aumento do sobretrabalho). Desta forma,

“Reencontramos, pois, aqui, não a contradição, mas a *complexidade* do modo de produção ... como dupla articulação do modo de produção (‘forças produtivas’, relações de propriedade dos meios de produção): os limites internos do modo de produção nada mais são do que a limitação de cada uma dessas relações pela outra, isto é, a forma de ‘correspondência’ delas ou da ‘subsunção real’ das forças produtivas sob as relações de produção” (*op.cit.:256-257*).

Neste sentido,

“A contradição não é, pois, originária, mas derivada. Os efeitos são organizados numa série de contradições particulares, mas o processo de produção desses efeitos não é de modo algum contraditório” (*op.cit.:254*).

Assim, segundo Balibar, se os limites do modo de produção capitalista estão relacionados às “correspondências” que articula forças produtivas e relações de produção no interior da estrutura deste modo de produção, a supressão destes limites implica na supressão desta correspondência.

“... se os efeitos internos da estrutura de produção não constituem por si mesmos nenhuma colocação em questão dos limites..., podem ser *uma das condições* (a ‘base material’) de *outro resultado* externo à estrutura da produção: trata-se deste outro resultado que Marx indica à margem de sua

exposição ao mostrar que o movimento da produção produz, pela concentração da produção e pelo aumento do proletariado, uma das condições da forma particular que a luta de classes assume na sociedade capitalista” (*op.cit.*:257).

Para explicar melhor esta relação de “correspondência”, Balibar (1980) cita como exemplo o momento da subsunção real do trabalho ao capital. Este momento, de acordo com a análise do próprio Marx, é caracterizado pela indústria mecanizada e a subsunção do trabalho ao capital é dupla: o trabalhador está separado dos meios de produção, ou seja, não possui os meios materiais para trabalhar individualmente e, mais do que isso, a forma que as forças produtivas assumem — forma especificamente capitalista — expropria o trabalhador de sua capacidade de controlar sozinho os meios de produção fora de um processo de trabalho caracterizado pela cooperação, pela organização e pelo controle, ou seja,

“Os trabalhadores que estão, no processo de produção, numa relação de não-propriedade absoluta com os meios de produção, constituem um coletivo que recobre o ‘trabalhador coletivo’, capaz de pôr em ação os meios de produção ‘socializados’ da indústria moderna” (*op.cit.*:269).

Neste sentido, é o trabalhador coletivo quem aciona o processo de produção e não o trabalhador individual. Assim, tal dupla determinação de subsunção do trabalho ao capital

“...põe em evidência uma homologia na forma das duas relações que constituem a estrutura complexa do modo de produção: podem ambas ser caracterizadas como ‘separação’ do trabalhador e dos meios de produção” (*op.cit.:268*).

Mas, segundo Balibar, na subsunção formal o trabalhador somente está subordinado ao capital devido a sua condição de não proprietário dos meios de produção. Não encontramos aí o caráter duplo da subsunção real do trabalho ao capital. As forças produtivas estão organizadas ainda sob a forma do ofício. A apropriação pelo capital dos meios de produção é um resultado histórico da acumulação primitiva do capital, mas os meios de produção ainda são controlados pelos trabalhadores. Neste sentido,

“Dir-se-á, pois, que a forma da ‘complexidade’ do modo de produção pode ser, *ou a correspondência ou não-correspondência* das duas relações, das forças produtivas e das relações de produção. Na forma de não-correspondência, que é a das fases da transição como a manufatura, a relação das duas relações não mais assume a forma de limitação recíproca, mas torna-se a *transformação de uma pela outra* (*op.cit.:270*).

Assim, segundo Martorano (2000), não se trata do restabelecimento do primado das forças produtivas sobre as relações de produção o responsável pelo processo de transição de um modo de produção a outro. O desenvolvimento das forças produtivas pode desenvolver efeitos que podem levar ao surgimento da

contradição, ou seja, apenas seus efeitos cumulativos e derivados é que podem iniciar este processo de transição.

Segundo Bettelheim (1979), neste sentido, a transição ao comunismo não está relacionada ao nível de desenvolvimento das forças produtivas mas à natureza capitalista das relações de produção, ou seja, a produção e a reprodução da divisão especificamente capitalista do trabalho e seus efeitos, as relações ideológicas e políticas. São estes os principais obstáculos à superação do antagonismo classista.

“... o desenvolvimento das forças produtivas jamais pode, por si só, fazer desaparecer as formas capitalistas da divisão do trabalho e as outras relações sociais burguesas ... somente a luta de classes travada sob a ditadura do proletariado e corretamente dirigida — graças a uma experimentação científica de massa e à análise teórica — pode eliminar as relações econômicas capitalistas combatendo a divisão capitalista do trabalho e, simultaneamente, as relações ideológicas e políticas que permitem a reprodução de relações de exploração e de opressão” (*op.cit.*:1979:25).

Para sistematizarmos o que já foi exposto, poderíamos dizer que o economicismo aparece de diversas maneiras: uma delas é a identificação entre as formas jurídicas de propriedade e as relações de classes. Neste sentido, através da mera estatização dos meios de produção, as classes e seus antagonismos desapareceriam. Porém, esta pode ser considerada apenas uma mudança formal da forma de propriedade existente; transferir para o Estado o título da propriedade não condiciona mecanicamente o desaparecimento da burguesia enquanto classe, pois

esta pode se reproduzir enquanto uma burguesia estatal, o que de fato ocorreu na URSS. O que realmente determina o antagonismo classista e sua reprodução são as relações de produção especificamente capitalistas¹⁴.

“O papel histórico da ditadura do proletariado não consiste apenas em transformar as modalidades de propriedade, mas também ... em transformar o processo social de apropriação, e, dessa maneira destruir as antigas relações de produção e organizar novas relações de produção, afim de assegurar a passagem do modo de produção capitalista ao modo de produção comunista, sendo a transição socialista a etapa que permite a destruição das relações sociais burguesas e da burguesia enquanto classe” (op.cit.:30).

Outra forma de existência do economicismo, forma esta acreditamos ser predominante no pensamento de Lenin, é a de conceber a transição sem especificamente analisar a divisão do trabalho especificamente capitalista, ou seja, limitar a transição ao mero desenvolvimento das forças produtivas. Como resultado desta concepção, o papel da luta de classes pode ser relegado ao segundo plano, cabendo ao proletariado a função de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, no sentido destas romperem as relações de produção identificadas estreitamente com a propriedade privada dos meios de produção.

A tese sobre o primado do desenvolvimento das forças produtivas, ideológica e politicamente, atua no sentido de

¹⁴Ver, à título de crítica ao socialismo de tipo jurídico, Naves (2000, 2000a) e Bettelheim (1971, 1979).

“... destruir as formas existentes do processo de apropriação, base da reprodução das relações de classes, para construir um novo processo de apropriação, excluindo a divisão social entre função de direção e função de execução, a separação entre trabalho manual e intelectual, as diferenças entre cidade e campo e entre operários e camponeses — portanto, destinada a destruir a base objetiva da existência de classes” (*op.cit.*:33).

A adoção de tal tese reduz, deste modo, todo antagonismo existente em uma formação social ao atraso ou avanço do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a Rússia — país predominantemente agrário — só atingiria o socialismo através do aumento da produtividade e principalmente no sentido de superar economicamente os países capitalistas. As contradições entre as classes ficam assim, subordinadas ao desenvolvimento das forças produtivas herdadas do capitalismo ¹⁵.

¹⁵Segundo Bettelheim (1975), a Revolução Cultural Chinesa representou uma virada histórica muito importante em relação à possibilidade de constituição de um modo de produção comunista, pois ela “revelou” uma das formas essenciais da luta de classes para a sua edificação. A palavra de ordem da Revolução Cultural era a de “colocar a política no posto de comando” através da aplicação da Carta de Anchan — carta escrita por Mao Tse-Tung em 1960, com base na experiência do Grande Salto para frente e em iniciativas tomadas, nessa época, pelos operários do combinado siderúrgico de Anchan —, substituindo a “economia no posto de comando”, ou seja, a prioridade à produção, um sistema de estímulos materiais (gratificações), em que os especialistas e os *experts* tendem a dirigir a fábrica dando prioridade à técnica, ao dinheiro e ao lucro — linha revisionista. “Aplicar a Carta de Anchan significa colocar sempre a política no posto de comando, reforçar a direção política do Partido, conduzir energicamente o movimento de massa, aplicar o sistema das duas participações — participação dos quadros no trabalho produtivo e participação dos operários na gestão, na reforma dos regulamentos no que eles têm de irracional —, realizar a tripla união — dos quadros (na China “quadro” designa quadros políticos), dos técnicos e dos operários, e conduzir energicamente a uma revolução técnica” (*op.cit.*:22).

Também, segundo Bettelheim (1979), quando se reduz a luta política de classes enquanto uma conseqüência direta das contradições econômicas, predomina-se assim uma concepção espontaneísta da revolução, ou seja, as massas não necessitariam de um partido proletário para se constituírem política e ideologicamente enquanto proletariado. Assim,

“...o ‘economicismo’ atribui um papel privilegiado, na construção do *socialismo*, não à iniciativa dos trabalhadores, mas à acumulação de novos meios de produção e aos conhecimentos técnicos” (*op.cit.*:41 — grifo meu, pois acreditamos ser aí mais correto se falar da construção do comunismo).

Deste modo, na relação entre forças produtivas e relações de produção, são estas que ditam às forças produtivas a forma com que se transformam ou não; a sua transformação ocorre

“... pela intervenção das classes existentes, isto é, pela luta de classes (...) Posto que a transformação das relações de produção depende da luta de classes, disso resulta que, mesmo quando se der fim à dominação política da burguesia, as relações de produção capitalistas podem continuar a se reproduzir, pois sua existência está inscrita num processo de produção que não é imediatamente transformado” (*op.cit.*:122).

A apropriação social dos meios de produção, ou seja, a dominação real exercida coletivamente sobre eles pelos produtores imediatos implica que

“...a *unidade* da classe operária tenha sobrepujado a *divisão* e que, em conseqüência, a unidade dos produtores imediatos com seus meios de produção domina sobre a separação” (*op.cit.*:126).

Assim, a transição ao comunismo implicaria na transformação do “trabalhador coletivo” — trabalhadores que são caracterizados pela sua inserção nas relações de produção capitalista e dominados por elas e que intervêm coletivamente frente às máquinas, estando divididos hierarquicamente e organizados em unidades de produção separadas — em “trabalhador associado”; conceito este que designa o que Marx chama de trabalhadores “livremente associados”; tais trabalhadores participariam de relações completamente diferentes daquelas que os submetem ao capital, ou seja, não se teria mais a divisão especificamente capitalista do trabalho, ou seja, extinguir-se-ia a separação entre trabalho manual e intelectual, entre trabalho de direção e de execução, entre cidade e campo, entre “unidades de produção organicamente separadas” (Betelheim, 1975).

Consideramos, em conseqüência destas análises, que não se situa no horizonte teórico e histórico de Lenin o problema da abolição da divisão especificamente capitalista do trabalho no tocante à realização da transição ao comunismo. Mas ele não considera a estatização dos meios de produção como causa do surgimento de novas relações de produção socialistas. Segundo Bettelheim,

“No que concerne ao ‘*poder de Estado*’, este não assume ... um caráter *autenticamente proletário*, donde, na opinião de Lenin, a necessidade de

‘defender os interesses materiais e morais do proletariado inteiramente unido *contra* esse poder de Estado’ ” (Bettelheim, 1979:93)

Segundo o próprio Lenin,

“Pode ser-se decidido ou indeciso na questão da nacionalização, da confiscação. Mas a essência está em que mesmo a maior ‘decisão’ do mundo é insuficiente para passar *da* nacionalização e confiscação *à* socialização (...) a socialização distingue-se exatamente da simples confiscação em poder-se confiscar apenas com a ‘decisão’, sem saber contar corretamente e distribuir corretamente, mas é impossível socializar sem saber isto” (Lenin, 1980b:598)

Além da distinção entre nacionalização e socialização, “O recenseamento e o controle, segundo Lenin, indispensáveis para passar ao socialismo, só podem ser obras das massas” (*op.cit.*:444), ou seja, as massas representam um papel importante no período de transição¹⁶.

Mas, segundo Martorano,

“... a ‘dissolução’ das relações de produção capitalistas apresenta problemas para os quais Lenin não tem respostas. Pode-se falar de um *limite histórico* na análise leniniana sobre o processo de eliminação das antigas relações de

¹⁶Podemos observar nesta passagem a redução do conceito de comunismo ao conceito de socialismo. Devido aos seus limites histórico-teóricos, Lenin não enxerga como característica principal do modo de produção capitalista sua divisão específica do trabalho e que esta divisão ainda permaneceria no socialismo, só sendo completamente suprimida através de uma manutenção da luta de classes mesmo com a tomada do poder político. Por este limite, Lenin não poderia conceituar o comunismo como sendo essencialmente diferente de socialismo.

produção, já que Lenin e os bolcheviques se encontram à frente da primeira experiência histórica de transição ... tendo que enfrentar pioneiramente as tarefas de uma nova organização da produção social” (Martorano: 2001:38).

2.2. A concepção de Lenin do socialismo e o papel das forças produtivas

Para entendermos a concepção de Lenin do socialismo, nos propusemos a analisar como o revolucionário concebe, ao longo de sua obra, conceitos como o de Estado, de classes sociais — burguesia e proletariado, relações de propriedade, divisão técnica e social do trabalho —, de capitalismo e de imperialismo.

Acreditamos que, ao nos depararmos com as definições de Lenin destes conceitos, poderemos encontrar os limites e alcances deste autor acerca da sua concepção de socialismo (fase histórica que pressuporia a transformação das relações de produção capitalistas, enquanto relações de produção comunistas já estariam vigorando¹⁷), concepção esta permeada pela questão do primado do desenvolvimento das forças produtivas e que não contempla a própria superação do socialismo para a realização do comunismo.

¹⁷Segundo Balibar (1980:273), “os períodos de transição são ... caracterizados, ao mesmo tempo que pelas formas de não-correspondência, pela *coexistência* de vários modos de produção”.

2.2.1. A questão do Estado em Lenin e a crítica ao seu caráter instrumental

A análise do Estado realizada por Lenin, baseada principalmente na experiência histórica da Comuna de Paris e no texto marxiano acerca desta experiência, é fundamental e norteadora para uma estratégia revolucionária, ou seja, a tese principal desta análise é a da destruição do aparelho de Estado burguês através da revolução proletária. Temos aí a obra *O Estado e a Revolução*, escrito em 1917.

A tarefa colocada neste texto é o restabelecimento da verdadeira doutrina de Marx e Engels sobre o Estado, através de algumas de suas principais obras, como *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, *Anti-Dühring*, *O 18 de Brumário*, *O Manifesto comunista*, *A Guerra Civil em França*, etc¹⁸.

Lenin denomina o Estado como o produto e a manifestação do “caráter inconciliável” das contradições de classe.

“O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente *não podem ser conciliadas*. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são

¹⁸Segundo Colletti (1992), Lenin combate com esta obra a posição reformista de Kautsky quanto a conquista do Estado. Para este último, não haveria necessidade de se destruir o aparato estatal burguês, pois a máquina estatal já estaria pronta aos

inconciliáveis (...) Segundo Marx, o Estado é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *opressão* de uma classe por outra, é a criação da ‘ordem’ que legaliza e consolida esta opressão moderando o conflito de classes” (Lenin,1980(a):226).

Segundo Lenin, o Estado apareceria para os ideólogos burgueses e pequeno-burgueses como um órgão de “conciliação” de classes. Mas Lenin, concordando com Marx, argumenta que

“... se o Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classe, se ele é um poder que está *acima* da sociedade e que ‘*cada vez mais se aliena* da sociedade’, então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta *mas também sem a destruição* do aparelho do poder do Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada esta ‘alienação’ ” (*op.cit.*:227).

Lenin chama a atenção para a análise de Engels de que o exército permanente e a polícia seriam os principais instrumentos da força do poder de Estado, devido justamente à divisão da sociedade em classes inconciliavelmente hostis.

“Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, destacamentos especiais de homens armados, e cada revolução, ao destruir o aparelho de Estado, mostra-nos claramente como a classe dominante se esforça por reconstruir os destacamentos especiais de homens armados que *a* servem, como a classe

propósitos revolucionários do proletariado, sendo o suficiente somente dela se assenhorar.

oprimida se esforça por criar uma nova organização deste gênero, capaz de servir não os exploradores, mas explorados” (*op.cit.*:228).

Neste sentido, o poder público de qualquer Estado não coincidiria diretamente com a população armada, com sua organização espontânea.

Se o Estado surge como representante da classe exploradora, quando passa a se tornar realmente o representante de toda a sociedade, torna-se então, desnecessária a sua existência. Neste sentido, primeiramente, ao tomar o poder do Estado, o proletariado deve suprimi-lo como Estado. Baseando-se na experiência da Comuna de Paris de 1871, Lenin concorda com Engels quando aponta os “passos” de extinção do Estado burguês. Primeiramente, o Estado burguês seria suprimido pelo proletariado na revolução e, posteriormente, os resíduos do Estado proletário se extinguiriam. Posteriormente, sendo o Estado uma força especial para a repressão do proletariado, esta deveria ser substituída por uma força especial de repressão da burguesia pelo proletariado — a ditadura do proletariado, o exército do povo. *Nisto consiste a supressão do Estado como Estado e o ato da tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade.* Também, sendo a democracia um Estado, no sentido de ser burguesa, ela desapareceria quando o Estado desaparecer; a extinção do Estado é também a extinção da democracia, pois o Estado é uma força especial para a repressão do proletariado. E por fim, a revolução violenta é “a parteira de toda a velha sociedade que está grávida de uma nova”, ela é “o instrumento com o qual o movimento social se realiza e quebra formas políticas petrificadas, mortas”. O Estado burguês não pode ser substituído pelo Estado

proletário (ditadura do proletariado) pela via da extinção, mas apenas pela revolução violenta. “A substituição do Estado burguês pelo proletário é impossível sem revolução violenta... “(*op.cit.*:236).

Lenin insiste, neste sentido, na denominação do Estado enquanto organização especial da força, da violência para a repressão de uma classe pela outra. Deste modo,

“Os trabalhadores precisam do Estado apenas para reprimir a resistência dos exploradores, e dirigir esta repressão, realizá-la na prática, só o proletariado está em condições de o fazer, como única classe revolucionária até o fim, única classe capaz de unir todos os trabalhadores e explorados na luta contra a burguesia, no seu completo afastamento” (*op.cit.*:238).

O proletariado também necessitaria do Estado, em um primeiro momento, para dirigir a imensa massa da população, o campesinato, a pequena burguesia, os semiproletários, na obra da organização da “economia socialista”, para que depois este fosse completamente extinto.

Percebemos mais claramente a concepção instrumentalista de Lenin do Estado, quando este define seu surgimento. Assim, o poder do Estado centralizado aparecera na época da queda do absolutismo e suas instituições características seriam *o funcionalismo e o exército permanente, instituições estas ligadas à burguesia*. O desenvolvimento, o aperfeiçoamento, a consolidação deste *aparelho burocrático e militar* prosseguiram através de todas as revoluções burguesas sendo a pequena burguesia atraída a ocupar postos no aparelho burocrático.

“Mas, quanto mais se procede às ‘redistribuições’ do aparelho burocrático entre os diversos partidos burgueses e pequeno-burgueses, ..., tanto mais claro se torna para as classes oprimidas, com o proletariado à cabeça, a sua hostilidade irredutível em relação a toda a sociedade burguesa. Daí a necessidade para todos os partidos burgueses ... de reforçar a repressão contra o proletariado revolucionário, de consolidar o aparelho de repressão, isto é, a própria máquina do Estado”. (*op.cit.*:242)

Por isso a necessidade de destruição, de supressão do Estado pelo proletariado.

O reforço da máquina do Estado teria sido também ocasionado pelo imperialismo, época do capital bancário, dos monopólios capitalistas gigantes. Deu-se, neste sentido, o crescimento do seu aparelho burocrático e militar em ligação com o reforço da repressão contra o proletariado, tanto nos países monárquicos como nos países republicanos.

Lenin afirma que a experiência da Comuna de Paris deu a Marx a possibilidade de compreender o Estado como não sendo neutro¹⁹, ou seja, não bastaria que o proletariado tomasse conta do Estado e o pusesse em funcionamento (assim, Marx e Engels introduziram uma correção ao Manifesto Comunista, de que não basta tomar o Estado; o proletariado deve destruí-lo).

¹⁹Segundo La Grassa e Turchetto, (1979:68), “... a concepção leninista é suficientemente precisa sobre a *não-neutralidade* do Estado *vis-à-vis* às classes; tal concepção trata-se de uma aquisição fundamental do leninismo, não somente em relação ao revisionismo tradicional, mas também face às teses neo-revisionistas que recolocam, por uma outra via, o tema *da utilização*, capitalista ou não, de numerosas instâncias do político”.

Segundo La Grassa e Turchetto (1979), na concepção de Estado leniniana, pode-se entender que se o Estado representa a proteção de uma classe — burguesa — em repressão a outra — o proletariado, representando assim a proteção de um sistema de propriedade que entra em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas.

“A socialização crescente destas últimas implica, segundo esta concepção, na possibilidade de os produtores associados gerirem de maneira realmente coletiva os meios de produção e os recursos produtivos da sociedade” (*op.cit.*:65).

Mas, segundo Lenin, isto só seria possível através da “expropriação dos expropriadores”, ou seja, através da “...transformação da propriedade privada capitalista em propriedade social” (Lenin, 1980a:251). Em decorrência desta transformação, a gestão coletiva das forças produtivas poderia ser realizada pelo proletariado, sem risco das mesmas não se desenvolverem.

“O Estado, como núcleo coercitivo empregado pela classe dominante para oprimir a classe explorada deve ser destruído e substituído por um Estado ‘diferente’ que esteja já em via de extinção, de dissolução na ‘sociedade civil’ “(La Grassa, Turchetto, 1979:65-66).

Lenin, ao formular a tese da necessidade de destruição do Estado burguês diagnostica a sua não-neutralidade, ou seja, o socialismo não poderia realizar-se sob uma forma parlamentar, por exemplo, mas somente através do

controle e da gestão administrativa pelo partido e pelo proletariado. Lenin rompe, assim, com uma tendência reformista situada no interior do marxismo de que o Estado não precisaria, necessariamente ser destruído. Porém, o tratamento que Lenin dispensa ao Estado pode ser reduzido a um caráter instrumental, ou seja, o Estado sendo mecanicamente o representante da classe burguesa enquanto monopólio da força para a proteção da propriedade privada. Segundo La Grassa e Turchetto (1979), para conceituarmos o Estado burguês, devemos partir da análise da divisão do trabalho especificamente capitalista e da sua reprodução, ou seja, devemos entender o desenvolvimento material do capitalismo a partir do qual o Estado se forma.

Segundo Balibar (1975) podemos concordar com a tese marxiana presente n'*O Manifesto* de que a burguesia se constitui em classe por intermédio do Estado. Mas, para além disso, desde o início do modo de produção capitalista, o Estado e seus aparelhos políticos e ideológicos têm uma função central no processo de reprodução do capital.

“As modalidades desta função transformam-se historicamente, com o conjunto das condições da reprodução, mas, em geral, não é de forma nenhuma uma característica recente (não houve nunca ‘Estado-polícia’...)”
(*op.cit.*:90).

Segundo Balibar (1975) é a circulação das mercadorias, dos capitais, a organização do processo de exploração na produção que criam as bases materiais de existência da classe burguesa, que se apresenta como uma classe distinta das

classes dominantes anteriores e estão numa posição oposta e antagônica ao proletariado; porém, não é o mercado *stricto sensu* que produz a classe burguesa.

O desenvolvimento da burguesia enquanto classe está subordinado ao desenvolvimento do Estado, pois a função do Estado vem no sentido de organizar a circulação dos capitais e a exploração social da força de trabalho.

“Todo o desenvolvimento do Estado na história do capitalismo tende portanto para um duplo resultado, que atinge desigualmente: reproduzir as condições de conjunto da exploração do proletariado, assegurar-lhe a continuidade ‘normal’²⁰; e reproduzir, à custa de ‘compromissos’ eventuais, a dominação no próprio seio da burguesia duma fração dirigente, uma fração que representa a forma de exploração e de acumulação mais eficaz em condições históricas dadas” (*op.cit.*:123).

Neste sentido, o papel do Estado burguês na organização da classe dominante não resulta unicamente do fato de o Estado ser um “agente econômico” e de preencher funções estritamente econômicas.

“A existência e a forma particular do Estado burguês, o papel do Estado como organização da (unidade da) classe dominante (isto é, da dominação

²⁰Segundo Balibar (1975), o papel do Estado vai no sentido, em condições históricas de cada período, de cada formação social capitalista, de assegurar a “liberdade” do trabalhador (liberdade de vender sua força de trabalho e de se ver “livre”, separado, dos meios de produção, não somente da posse, mas da capacidade de colocá-los, individualmente, em funcionamento), sujeitando-o à exploração capitalista do ponto de vista da sua “qualificação”, mas também sujeitando-o do ponto de vista do seu comportamento familiar, político, religioso, enfim, de sua ideologia. O Estado, neste sentido, luta permanentemente contra o desenvolvimento da organização e da

duma fração burguesa sobre todas as outras) provam que as contradições e as oposições de interesses *econômicos* na burguesia *podem ser conciliadas*²¹. Podem e devem sê-lo, com vista a preservar as condições de exploração do proletariado e a sua submissão política: mas jamais podem sê-lo de maneira ‘puramente econômica’. Ou, mais claramente: o processo histórico através do qual se desenvolve a dominação *econômica* da grande burguesia sobre toda a classe burguesa *pressupõe sempre a existência, a ação e a transformação do aparelho de Estado (repressivo e ideológico)*” (Balibar, 1975:119).

Deste modo, segundo La Grassa e Turchetto (1979), a formação do Estado burguês resulta da fragmentação da produção social e das várias unidades produtivas separadas. Tal fenômeno é específico do modo de produção capitalista e se realiza através do desenvolvimento especificamente capitalista da divisão social e técnica do trabalho, ou seja, da dominação, cada vez maior da burguesia sobre o processo de trabalho e sobre a reprodução deste modo de produção. Segundo tais autores, esta fragmentação exige uma “*conexão*” que se efetua pela circulação — que não se reduz estritamente ao mercado, mas que pode ser considerada como lugar onde se situam os aparelhos de mediação política do capital e também como lugar privilegiado, segundo Marx, de realização da mais-valia; desmistificando o processo de circulação enquanto um lugar *strictu sensu* de compra e venda de mercadorias, de igualdade de compradores e de vendedores (vendedores de força

autonomia ideológica do proletariado, na família, na escolarização, na assistência pública, nas instituições políticas, ao mesmo tempo que age pela repressão.

²¹Balibar (1975:119) tenta aqui precisar a tese marxista-leninista de que “a existência do Estado prova (em todas as sociedades de classes) que as contradições de classes *não podem ser conciliadas*”, desenvolvendo-a.

de trabalho e os compradores desta) é que Marx vai analisar a relação de exploração e dominação do trabalho ao capital.

Continuando a linha de raciocínio dos autores acima citados, o caráter fundamental da produção capitalista — sua fragmentação — faz com que a classe burguesa não tenha uma característica imediatamente unitária, mas constitua uma classe fracionada e conflituosa. Em dados momentos históricos, determinadas frações da classe burguesa são predominantes e conflitam com outras frações. O Estado existe como um lugar privilegiado para esta identificação.

“Ter em conta a fragmentação da produção social, específica ao capitalismo, permite que se destaque duas funções diferentes dos aparelhos políticos burgueses. De um lado, estes últimos se ligam ao mecanismo do mercado para realizar a ‘conexão pela circulação’ das fragmentações produtivas. De outro, a ‘política’ — e mais outras instâncias particulares que estão concentradas no Estado e concernem à função repressiva — unifica a dominação da classe capitalista” (*op.cit.*:69).

Neste sentido, a burguesia se organiza em classe dominante por intermédio do Estado, através da detenção do poder de Estado e portanto pelo desenvolvimento dos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado. Assim, uma das características históricas da burguesia como classe é a de que os meios para a sua unidade são os mesmos que os da sua dominação sobre o proletariado; tais meios se assentam na organização de toda a sociedade no Estado, este cumprindo um papel ideológico de aparecer como uma potência universal, acima das classes.

Neste sentido, conceituarmos o Estado somente como detentor do poder de coerção para a defesa da classe burguesa, mais especificamente, da sua propriedade sobre os meios de produção conduz a uma visão reduzida dos problemas do Estado de transição.

“... para Lenin, o Estado não tem autonomia em relação às classes em luta mas ele adquire uma autonomia relativa em relação à estruturação do modo de produção, à sua ‘base econômica’; à ligação produção-circulação-reprodução das relações de produção. No esquema leniniano, a socialização crescente das forças produtivas impulsionaria inevitavelmente a ‘base econômica’ em direção ao socialismo, a superação da propriedade privada. O último obstáculo que defende a propriedade privada deve ser abatido: o Estado burguês (...) É claro que para Lenin, ao contrário dos oportunistas, é impossível o rumo em direção ao socialismo sem a destruição preliminar do ‘Estado dos capitalistas e dos proprietários de terra’. Entretanto, a preparação material do socialismo já estaria realizada no contexto do capitalismo com as empresas gigantes e o capitalismo monopolista de Estado” (La Grassa, Turchetto, 1979:70).

Como o dissemos anteriormente, o Estado burguês está profundamente implicado, através das relações de conexão pela circulação, no movimento fundamental de reprodução das relações capitalistas.

“Tomar em consideração a não-neutralidade do Estado permite a Lenin indicar o objetivo da destruição da máquina de Estado burguês. Colocar isto à luz pelo modo coercitivo fundamental lhe permite afirmar corretamente a necessidade de uma ‘força repressiva particular’ contra a burguesia por parte

do proletariado (ditadura do proletariado). Mas, ao separar a forma do Estado burguês da forma das relações de produção encarnadas nas forças produtivas, Lenin não pode descobrir a base da permanência e da reprodução do inimigo que a ditadura do proletariado tem por função reprimir” (*op.cit.:71*).

Assim, “tomar” o poder do Estado pode abrir um período de transição; mas este não revoluciona o que é considerado o núcleo duro do processo de produção e reprodução capitalista: o processo de trabalho no qual o capital (a dominação capitalista) existe materialmente.

“Se esta estrutura se perpetua, as relações de produção se reproduzirão e com elas as funções, as figuras sociais que estão na base da ‘superestrutura’ política burguesa. Não colocar na ordem do dia a transformação radical do modo de produção capitalista , deixar essas relações se reproduzirem de forma alargada e aprofundada somente conduz o Estado a exercer sua única função coercitiva” (*op.cit.:71*).

Segundo La Grassa e Turchetto, em conseqüência de seu conceito de Estado, quando, no período de transição, Lenin percebe o Estado se fortalecendo mas não no sentido da consolidação da ditadura do proletariado, ele considera o crescimento do aparelho estatal como um fenômeno de burocratização, fenômeno este ligado à falência do desenvolvimento das forças produtivas, à pesada permanência da pequena produção mercantil, às sobrevivências ideológicas burguesas e à debilidade cultural da velha sociedade. Assim, Lenin não vê que o

desenvolvimento do sistema capitalista é acompanhado de uma “estatização” crescente da economia.

2.2.2. Classes sociais — burguesia e proletariado — e propriedade

Acreditamos na necessidade de se analisar profundamente o núcleo duro do modo de produção capitalista — a divisão especificamente capitalista do trabalho — e todas as complexidades que a perpassam para podermos situar a problemática das classes no sentido da existência das classes no processo mesmo da sua luta (La Grassa e Turchetto, 1979). Considerarmos a existência das classes enquanto conjunto de agentes subordinados à reprodução capitalista, permite-nos a atualização periódica desta categoria de análise, de uma conceituação objetiva que se dá com o decorrer da luta de classes.

“Estes agentes ocupam papéis bem definidos na estruturação dos processos de trabalho relacionados à valorização-reprodução do capital no que concerne à relação social de produção” (*op.cit.:78*).

Neste sentido, o grande problema da transição de um modo de produção ao outro, no caso, a transição ao modo de produção comunista, após a destruição do aparelho estatal burguês, é aquele da transformação dos papéis, das funções destas classes. Não é a história da transformação da propriedade em propriedade privada que define a burguesia enquanto classe e muito menos a mera separação formal dos trabalhadores dos meios de produção que os definem

eternamente enquanto proletariado. A existência das classes está inscrita em um processo estrutural do modo de produção capitalista, processo este de exploração e dominação de uma classe pela outra, no objetivo de uma sempre crescente extração de mais-valia, ou seja, da acumulação do capital. As classes, deste modo, exercem suas respectivas funções. Se as relações de produção capitalistas inscritas no processo de trabalho não forem transformadas, os papéis determinados pela divisão técnica e social do trabalho persistirão (*ibid*).

Para entendermos os alcances e limites de Lenin sobre a formação das classes, tentaremos analisar a natureza das classes no modo de produção capitalista.

Balibar (1975), ao analisar o conceito de classe burguesa, verifica, já de início, que o proletariado e a burguesia não ocupam as mesmas posições no processo de conjunto da produção social, pois a classe operária, enquanto força de trabalho, está incorporada materialmente, de forma periódica, no processo de produção; mas é o capital e não o capitalista que faz frente à classe operária, capital do qual ela se torna parte, enquanto capital variável. Tal capital se materializa em face da classe operária enquanto meios de produção; neste sentido, o capitalista não seria mais do que o agente — necessário — do processo de circulação e acumulação capitalista, o “representante” do capital, sob formas que evoluem historicamente com as próprias relações sociais.

“Por outras palavras, a classe burguesa não conserva, ou antes, *não reproduz o seu direito de propriedade* sobre os rendimentos do capital senão na

medida em que exerce simultaneamente (ou delega a uma das suas frações) as funções de organização, de gestão, de controle da reprodução do capital, que realizam o seu ‘*monopólio*’ social dos meios de produção” (*op.cit.*:89).

Podemos dizer que a classe burguesa se distingue fundamentalmente de todas as classes anteriores justamente por esta *função social* que preenche na produção. O capitalista é, acima de tudo, um administrador, um organizador da produção e da circulação em uma forma determinada, à qual se submete para assegurar o máximo de extração de mais-valia ao capital. Além disso,

“... a burguesia como classe não se constitui nunca na única base da sua posição ‘econômica’ (ou da sua posição jurídica na produção e na circulação) ... ela constitui-se em classe (dominante) por intermédio do Estado. (...) desde os começos da constituição do modo de produção capitalista, o Estado (isto é, os diferentes *aparelhos* do Estado) preenche uma função necessária no processo de reprodução do capital” (*op.cit.*:90).

Se a existência das classes se dá nas suas formas de luta e se a luta de classes é o motor das transformações históricas, devemos estudar a burguesia enquanto classe em relação às transformações históricas do próprio capital²². Em cada estágio da história do capitalismo, uma fração da burguesia tendencialmente domina as outras, sujeitando-as no processo de exploração e acumulação; é aquela

²²Neste sentido, segundo Balibar (1980:272), “... a luta de classes não se reduz à luta pelo salário e pela jornada de trabalho, que são apenas um momento dela (a autonomização e a consideração exclusiva desse momento, no seio da prática política da classe trabalhadora, são próprias do ‘economicismo’, que precisamente

fração que representa um “progresso” nas formas de acumulação e no desenvolvimento da exploração, “*tida em conta a resistência da classe operária e a sua luta de classe organizada*” (*op.cit.*:113). Segundo Balibar (1975), a primeira dominação foi a do capital comercial e do capital fundiário sobre o capital manufatureiro e a pequena produção artesanal e agrícola; depois, a do capital industrial sobre o capital comercial e a propriedade fundiária; mais tarde, com o imperialismo, tem-se a dominação do capital financeiro, concentrando e fundindo o capital industrial e o capital bancário. Neste sentido,

“A unidade de classe da burguesia é inseparável das suas contradições internas; nunca é, como todo fenômeno histórico, mais do que uma unidade *tendencial*, submetida ao efeito das causas que a contrariam” (*op.cit.*:114).

Advém disso, segundo este autor, a necessidade de se deixar claro uma distinção fundamental entre dois tipos de contradições: a *oposição de interesses* e o *antagonismo*. Entre a burguesia e o proletariado, para além da oposição de interesses (particularmente na determinação dos níveis de lucro e salário) existe uma relação de antagonismo, pois a contradição entre elas não se limita somente a um problema de repartição dos rendimentos, mas de exploração na produção. Mas entre as diversas frações que constituem a burguesia, em cada época, há uma oposição real de interesses econômicos em relação à repartição desigual do lucro e à luta pela transformação ou acentuação desta repartição desigual.

pretende reduzir todas as instâncias não-econômicas da estrutura social a puros e simples reflexos, transposições ou fenômenos da base econômica)”.

“Por um lado, é preciso não subestimar nunca estas oposições, nem imaginar que a unidade da classe burguesa constitui uma uniformidade, um bloco sem falhas; mas, por outro lado, é necessário jamais *confundir* esta oposição com um antagonismo, uma contradição inconciliável, quer descrevendo o antagonismo da burguesia e do proletariado como uma simples oposição de interesses econômicos e sociais, quer apresentando a grande burguesia como ‘explorando’ a pequena burguesia” (*op.cit.*:114).

No texto *Uma grande iniciativa*, Lenin define as classes como sendo

“...grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixadas e formuladas por leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social” (Lenin, 1980b:150).

Segundo Balibar, o conteúdo da “definição” de Lenin confirma sua constatação inicial: o que constitui o objeto da análise marxista das relações de classes, é diretamente a sua estrutura de antagonismo e o seu processo de transformação, e não uma classificação prévia. Mas o que é determinante, a relação das classes com os meios de produção, o seu papel na organização social do trabalho, o mecanismo de apropriação do sobretrabalho pela classe burguesa, não é abarcado por tal definição.

Podemos precisar a análise de Balibar através dos autores La Grassa e Turchetto (1979) que consideram a visão de Lenin sobre a classe dominante simplista, pois esta é considerada como um simples conjunto de indivíduos proprietários dos meios de produção.

“A concepção leninista das classes, sublinhando o elemento formal da propriedade capitalista, perde de vista a questão da expropriação real dos produtores. Estes últimos estão subordinados a uma dominação que não se funda simplesmente sobre a disposição dos meios de produção pela classe exploradora, mas sobre uma organização e uma divisão técnica particular do trabalho que exclui a classe operária do controle, do conhecimento efetivo do processo de trabalho, das técnicas produtivas, etc. Esta organização capitalista do trabalho que parece responder às exigências ‘objetivas’ (neutras) da produção recebe inteiramente sua forma de valorização do capital e encarna a dominação real daquele. Aqui é necessário encontrar a fisionomia particular da classe dos capitalistas, que se apresentam como ‘funcionários’ à serviço das exigências ‘técnicas’ da produção” (La Grassa, Turchetto, 1919:73).

Só assim entendemos o constante processo de reestruturação do capital na produção através da criação de métodos cada vez mais eficientes na extração da mais-valia, a chamada “racionalização” da produção; o que aí é considerado “irracional”, são os “poros” da jornada de trabalho, a baixa produtividade no processo de produção. Assim, a especificidade da classe capitalista não é a de proprietária formal dos meios de produção, mas sim a de agente do capital no seu processo de acumulação; esta função se inscreve na base material deste sistema:

“Longe de se tratar dum simples efeito do desenvolvimento natural das técnicas, as transformações da produção material dependem das condições nas quais o capital encontra e concentra a força de trabalho que lhes é necessária. Ou em termos mais abstratos: no interior da ‘base econômica’ o desenvolvimento das forças produtivas é comandado, dominado, pela história da relação social de produção de que elas permitem a realização” (op.cit.:77-78).

As transformações sofridas pelas forças produtivas em consequência da luta de classes no processo produtivo impõem as mudanças da divisão do trabalho na produção e o desenvolvimento das contradições na reprodução da força de trabalho social, como mercadoria.

Neste sentido, apesar de ressaltar a importância da política de alianças de classes, Lenin não leva em consideração a possibilidade de existência de profundas divergências entre as classes oprimidas, divergências estas, como vimos mais acima, ocasionadas pela divisão sociotécnica do trabalho cada vez mais aprofundada pela acumulação do capital. Para ele, o capital, através da socialização das forças produtivas, já unificara o proletariado, preparando-o para a revolução. Na sua concepção, o que de mais grave ocorre no interior da classe operária é a formação de uma aristocracia operária, que deve ser combatida, devido a sua impregnação pela ideologia pequeno-burguesa.

produção capitalista ao qual ela está subordinada; também, a reprodução de relações capitalistas produzirá continuamente a fragmentação horizontal e vertical do proletariado.

“Ao mesmo tempo que a burguesia fraciona e pulveriza o campesinato e todas as camadas pequeno-burguesas, agrupa, une, organiza o proletariado. Só o proletariado — devido ao seu papel econômico na grande produção — é capaz de ser o chefe de *todas* as massas trabalhadoras e exploradas que a burguesia explora, oprime e esmaga muitas vezes não menos mas mais fortemente que os proletários, mas que são incapazes de uma luta *independente* pela sua emancipação” (Lenin, 1980a:239).

Lenin teria, neste sentido, subestimado os efeitos da fragmentação da classe operária ocasionada pela divisão sociotécnica do trabalho.

“A isto adiciona-se a incompreensão do fato de que a subordinação real dos produtores ao capital se funda justamente sobre a divisão técnica do trabalho. Enfim, essa concepção superestima assim o papel ‘objetivo’ do proletariado. (...) A classe operária é a classe produtora por excelência no capitalismo, ela é a mais importante das forças produtivas. A socialização crescente destas últimas implica, no que se refere aos operários, sua cooperação crescente, sua reunião nos exércitos industriais sempre maiores e mais disciplinados. Nesse sentido, na concepção leninista, a classe operária já estaria ‘educada’ para a gestão coletiva dos meios de produção e já estaria pronta a realizá-la. O capitalismo, por suas diferentes invenções tecnológicas, teria simplificado esta gestão, pronta para ser posta em prática pela classe operária” (La Grassa, Turchetto, 1979:75).

Lenin considera a importância do partido no sentido de introduzir no seio da classe operária uma consciência revolucionária; porém, esta consciência se reduz a tomada do poder político, no sentido da conquista do Estado burguês através

da destruição do seu aparato repressivo. Já a transformação das relações de produção capitalista pelo proletariado não cabe no pensamento leninista. Cabe ao proletariado, enquanto classe revolucionária, o registro e o controle da produção, no sentido do impulsionamento das forças produtivas.

A socialização crescente das forças produtivas no modo de produção capitalista, através da qual, segundo Lenin, dar-se-ia a unificação da classe operária, é, na verdade, ocasionada pela reprodução das relações de produção capitalistas, ou seja, tais forças produtivas são transformadas no sentido de intensificar a dominação do capital sobre os operários. Mas para Lenin, tal socialização é um dado neutro e constitui um momento de progresso da sociedade no sentido da superação do modo de produção capitalista. Neste sentido, a classe operária, portadora de uma “nova ordem social”, anunciaria a transição inevitável ao socialismo.

“A cultura capitalista criou a grande produção, as fábricas, os caminhos-de-ferro, os correios, os telefones, etc. E, *nesta base*, a imensa maioria das funções do velho ‘poder de Estado’ simplificou-se de tal maneira, e pode ser reduzida a operações de registro, de inscrição, de controle tão simples, que estas funções estão completamente ao alcance de qualquer pessoa alfabetizada, que estas funções podem perfeitamente ser realizadas pelo habitual ‘salário operário’, que se pode (e se deve) tirar a estas funções qualquer sombra de privilégio, de ‘hierarquia’ (...). Estas medidas dizem respeito à reorganização estatal, puramente política da sociedade, mas só adquirem, naturalmente, todo o seu sentido e importância em ligação com a realização ou preparação da ‘expropriação dos expropriadores’, isto é, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social” (Lenin, 1980a:251).

Mas Lenin, em um dos seus últimos textos, *Melhor menos, mas melhor*, escrito em 1923, verifica que o elemento criado e educado pelo capitalismo para a realização do socialismo não havia atingido o objetivo previsto. Na necessidade de se melhorar o aparelho de Estado, Lenin constata nos operários os “elementos” já existentes para a criação de um aparelho socialista²⁴. Porém,

“Estes elementos não são suficientemente educados. Eles desejariam dar-nos um aparelho melhor. Mas não sabem como fazê-lo. Não podem fazê-lo. Até agora não alcançaram o desenvolvimento, a cultura que é necessária para isso. E para isso é necessário precisamente ter cultura. Neste aspecto nada se pode fazer de repente ou de assalto, com desembaraço ou energia, ou qualquer outra das melhores qualidades humanas em geral. Em segundo lugar os elementos de conhecimento, de educação, instrução, que entre nós são ridiculamente reduzidos em comparação com todos os outros Estado” (Lenin, 1980b:671).

Segundo La Grassa e Turchetto (1979), Lenin, neste texto, mantém a idéia de que o atraso russo seria um obstáculo à transição socialista, e que a grande indústria e a tecnologia avançadas representariam a melhor preparação ao comunismo (na concepção leniniana, teríamos com a grande indústria a melhor preparação para o socialismo). Assim, quando fala da ‘revolução cultural’²⁵, Lenin a

²⁴Percebemos neste texto que Lenin nem ao menos cita a sua tese de supressão do Estado como uma necessidade *a posteriori*.

²⁵Seria aqui anacrônico tentar aproximar o entendimento que Lenin faz da necessidade do proletariado em adquirir cultura com o sentido que este termo teve na experiência histórica da Revolução Cultural Chinesa (como o tenta fazer Charles

compreende sobretudo como uma melhor preparação técnica, adequada a um desenvolvimento industrial “moderno”, e somente de maneira secundária, como luta contra a ideologia burguesa, sobrevivente no período da transição, através da revolucionarização das relações de produção capitalista. A função do partido não vai no sentido de uma mudança ideológica das massas com o objetivo de uma transformação das relações de produção capitalistas. Para Lenin, as massas necessitam “aprender a trabalhar”, ou seja, dominar plenamente a principal herança do capitalismo para a realização do socialismo: a ciência e técnica modernas.

Para tentar resolver o problema da “falta de cultura” pela classe operária, Lenin pensa ser imprescindível que os membros da Inspeção Operária e Camponesa e da Comissão Central de Controle do Estado proletário fossem instruídos na organização do trabalho em geral e especialmente do trabalho administrativo (o sistema Taylor ocupando, neste sentido, um lugar privilegiado na concepção de Lenin para uma organização eficiente da produção) enviando-os, para este fim, a outros países. Neste sentido, adquirir cultura seria adquirir conhecimentos de organização da produção especificamente capitalistas.

Deste modo Lenin

Bettelheim em *Luta de Classes na União Soviética*). O que parece ter acontecido para Lenin é que tal cultura não se teria desenvolvido devido ao atraso do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, os operários só teriam plenos conhecimentos para administrar o Estado e controlar a produção no momento em que as forças produtivas se desenvolvessem plenamente, na medida em que todos os entraves — leia-se, o atraso da Rússia, somado a influência da ideologia pequeno-burguesa sobre os operários e camponeses — fossem realmente derrubados. Lenin cita, por exemplo, como causa do atraso do desenvolvimento das forças produtivas, a guerra civil de 1918-1920, que teria aumentado

“...não levanta a questão do lançamento de um movimento de massas, da mobilização das massas para que ela aprenda e adquira ‘o nível de cultura necessário’, durante sua prática social (produção, luta de classes, experimentação científica). Se as massas devem primeiro aprender, é então preciso estabelecer provisoriamente um compromisso histórico com aqueles que têm o saber e a técnica. É preciso ‘emprestar-lhe o poder’, supervisioná-los com a Inspeção Operária e Camponesa e, talvez, com o Partido, se este não estiver totalmente penetrado pelos guardas brancos; em suma, é preciso separar-se das massas” (Vincent-Vidal, 1980: 106)

2.2.3 Imperialismo e “capitalismo de Estado”

Consideramos que a análise do imperialismo realizada por Lenin esclarece sua concepção de transição. Em seu texto *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, escrito em 1916, Lenin vai analisar a transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista e como este último já teria preparado as bases materiais para o surgimento do socialismo.

Neste sentido, o enorme incremento da indústria e o rápido processo de concentração da produção em empresas cada vez maiores seriam as particularidades mais características do capitalismo imperialista. Também, como característica, ter-se-ia a concentração de operários e da produção, sendo o trabalho

“...extraordinariamente a ruína do país, retardou a restauração das suas forças produtivas, dessangrando sobretudo precisamente o proletariado (Lenin, 1989b:501).

nas grandes empresas mais produtivo. Ter-se-iam, associado às grandes empresas, o capital-dinheiro e os bancos.

Segundo Lenin,

“Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes — para não dizer o mais importante — da economia do capitalismo dos últimos tempos” (Lenin: 1986a:588).

Lenin constata que uma das particularidades deste tipo de capitalismo que chegou ao seu mais alto grau de desenvolvimento é a chamada combinação, isto é, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima ou desempenham um papel auxiliar de um ramo em relação ao outro. Este fenômeno seria um aspecto positivo no sentido da socialização cada vez maior das forças produtivas.

Segundo Lenin, o monopólio seria a última palavra da “fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo”. Mas não se poderia conceituá-lo corretamente se não se considerasse o papel dos bancos.

Os bancos teriam o papel de realizar a operação inicial e fundamental de intermediários nos pagamentos, convertendo assim capital-dinheiro inativo em capital ativo (capital que rende lucro), reunindo toda a espécie de rendimentos e os colocando à disposição da classe capitalista.

“À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista...” (*op.cit.:597*).

A concentração do capital e o aumento do movimento dos bancos modificaram fundamentalmente a importância destes últimos. Neste sentido

“Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições — por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras —, primeiro de *conhecer com exatidão* a situação dos diferentes capitalistas, depois de *controlá-los*, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de *decidir inteiramente* sobre o seu destino, determinar a sua rendibilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente ou em grande proporções, etc.” (*op.cit.:601*).

Lenin compreende que o capital financeiro, para além de ser o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam, indica também o aumento da concentração da produção e do capital em grau tão elevado que conduz ao monopólio.

“Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra” (*op.cit.*:610).

Os cartéis e os *trusts* — associações de monopolistas capitalistas — partilham entre si o mercado interno, apoderando-se quase completamente da produção do país. Mas, sob o capitalismo, o mercado interno está entrelaçado ao mercado externo, mundial e, com o aumento da exportação de capitais e com o alargamento das relações com o estrangeiro, com as colônias e com as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas, tem-se a constituição de cartéis internacionais, sendo este um novo grau da concentração mundial do capital e da produção.

“Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias” (*op.cit.*:637).

De acordo com La Grassa e Turchetto (1979), para Lenin o imperialismo não é mais que a fase monopolista do capitalismo. A transformação da

concorrência em monopólio teria resultado em "... um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos" (Lenin, 1986a:593). Em consequência deste desenvolvimento do capitalismo, os capitalistas estariam vinculados a uma nova ordem social, mesmo sem a desejarem.

"O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas contra a sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa" (Lenin, 1986:593-594).

A produção estaria socializada, mas a apropriação dos produtos restaria privada e os meios de produção, como propriedade de um número restrito de indivíduos.

"Os meios de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável" (*op.cit.*:594).

Formalmente, o quadro da livre concorrência permanece intacto, pois a opressão exercida pelos monopólios sobre a produção torna-se mais forte, mais insuportável. A evolução do capitalismo atingira um grau onde a produção de

mercadorias que permanece sendo a base da economia já estaria, na realidade, minada. A produção, segundo Lenin, já estaria completamente socializada através da distribuição de matérias-primas e da produção de produtos manufaturados em larga escala, através do transporte destas matérias-primas e destes produtos, transporte este cada vez mais eficiente. Deste modo, perante tais características da era do capitalismo monopolista

“... percebe-se com evidência que nos encontramos perante uma socialização de produção, e não perante um simples ‘entrelaçamento’, percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro que não corresponde já ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se se sua supressão for adiada artificialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo ... mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida” (*op.cit.*:670).

Na transformação do capitalismo em imperialismo, “algumas de suas qualidades fundamentais” teriam se transformado “em seu contrário” e “os sintomas da passagem a uma ordem econômica e social mais elevada” se manifestariam.

“O imperialismo surgiu como o desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha

os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura social mais elevada” (*op.cit.*:641).

Nesse sentido, para Lenin, o capitalismo é essencialmente produção de mercadoria e livre concorrência (caracterizado pela exportação de mercadorias) e o monopólio, justamente o contrário deste novo tipo de capitalismo, que é caracterizado, principalmente, pela exportação de capital²⁶.

“O capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo” (*op.cit.*:621).

Lenin enxerga como fundamental no processo do surgimento do imperialismo, do ponto de vista econômico, a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência se transformara em monopólio

²⁶Em *O imposto em espécie*, Lenin, ao denominar o capitalismo como circulação de mercadorias, como livre comércio, deduz que se este livre comércio passa a ser controlado pelo Estado através da ditadura do proletariado, os princípios para o desenvolvimento de um modo de produção superior estariam colocados claramente — transição inevitável do capitalismo monopolista para o capitalismo monopolista de Estado e para o socialismo (socialismo aí identificado com o comunismo). Neste sentido, o proletariado deveria, segundo Lenin, “aprender” com os especialistas burgueses para a ascensão da agricultura, da indústria, o desenvolvimento de circulação de mercadorias entre a agricultura e a indústria.

“... criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os *trusts* e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior” (*op.cit.*:641).

O monopólio já exprimiria a socialização mais completa das forças produtivas e anunciaria, portanto, uma “ordem econômica e social mais elevada”. Para que esta última se concretize, de fato, haveria então a necessidade da supressão da apropriação privada dos produtos. Na lógica leniniana seria então imprescindível

“... abater o poder dos monopólios afim de permitir a socialização, já efetiva, das forças produtivas. É necessário ressaltar que, sob este ponto de vista teórico, a abolição do invólucro da propriedade e do sistema estatal é necessário e *suficiente* para criar o socialismo. Na ‘base econômica’ — isto é, no modo de produção — o capitalismo monopolista já criou todos os pressupostos indispensáveis à construção do socialismo” (La Grassa, Turchetto, 1979:81).

Para Lenin, o imperialismo constitui o último estágio do capitalismo; deve, por isto, ser caracterizado como um “capitalismo de transição” ou,

simplesmente, como um “capitalismo agonizante” (Lenin, 1986:669). Segundo La Grassa e Turchetto (1979), Lenin pensa a fase imperialista como a fase da revolução proletária generalizada. A grande empresa capitalista é sinônimo de organização e de eficácia. Ele a concebe como um grande conjunto unitário, um bloco único de atividades produtivas, não percebendo, para além da divisão técnica do trabalho, sua divisão social. É sobretudo a técnica e a “racionalidade” do grande capital que chama sua atenção. É isto o que representa o conteúdo socializado da produção. Somente a forma privada da propriedade barraria o desenvolvimento das forças produtivas, a propriedade privada representando, assim, uma barreira “artificial” ao desenvolvimento inevitável em direção a um outro modo de produção.

Porém o que Lenin não enxerga no estágio de desenvolvimento imperialista do capitalismo é que, devido a concentração do capital e da formação dos monopólios, o capital se vê diante da tarefa da criação de novos órgãos administrativos e de gestão, para controlar melhor as enormes unidades de produção que surgem neste momento. Tem-se o aumento infinitamente superior ao capitalismo mercantil do aparelho burocrático, cuja função é a de estabelecer um controle, uma racionalização cada vez maior do processo produtivo; a divisão especificamente capitalista do trabalho se desenvolve cada vez mais e surgem, neste momento, novas formas de gestão da produção, no sentido do controle do processo produtivo e do aumento cada vez maior da extração da mais-valia. Se as forças produtivas se desenvolvem, é no sentido de subsumir cada vez mais o trabalho ao capital.

Com a concepção de que o desenvolvimento do capitalismo monopolista possibilitaria as condições para a transição, os textos *Acerca do*

infantilismo “de esquerda” e do espírito pequeno-burguês de 1918 e O imposto em espécie, escrito em 1921 demonstram claramente como tal princípio poderia ser aplicado e desenvolvido concretamente na formação social soviética.

“...o capitalismo de Estado seria *um passo em frente* face à situação atual na nossa República Soviética. Se por exemplo dentro de meio ano se estabelecesse no nosso país o capitalismo de Estado, isso seria um imenso êxito e a mais firme garantia de que, ao cabo de um ano, o socialismo se consolidaria definitivamente e se tornaria invencível” (Lenin, 1980b:599).

Para Lenin a transição significaria que elementos capitalistas e “socialistas” já existiriam aplicados à economia. Porém,

“...nem todos, ao reconhecerem isto, refletem sobre precisamente que elementos das diferentes estruturas econômicas e sociais existem na Rússia. É nisto que está toda a essência da questão” (*op.cit.*:599).

Para além de identificar o socialismo com o comunismo, aquele sendo o momento da existência de elementos capitalistas e comunistas de produção, Lenin, por não considerar a centralidade da divisão especificamente capitalista do trabalho como fator de produção e reprodução das relações capitalistas, acredita assim na existência relações de produção, na Rússia pós 1917, diferentes das relações capitalistas. Mas, na realidade, nenhuma transformação neste sentido ocorrera.

Para Lenin, o capitalismo ainda existiria na Rússia devido a existência da pequena produção e da troca.

“Uma vez que ainda não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é em certa medida inevitável, como produto espontâneo da pequena produção e da troca” (Lenin: 1980c:508).

Desta forma, para que as relações capitalistas fossem suprimidas, o capitalismo deveria ser aproveitado

“... principalmente dirigindo-o para a via do capitalismo de Estado ... como elo intermédio entre a pequena produção e o socialismo, como meio, via, processo ou método de elevação das forças produtivas” (*op.cit.*:509).

Mas porque o “capitalismo de Estado” prepararia, efetivamente, na concepção de Lenin, o momento da transição? Porque os operários poderiam aprender com os métodos capitalistas como organizar a produção e administrar o Estado, ao mesmo tempo em que “a desordem, a ruína e o relaxamento” derivados da pequena produção seriam combatidos²⁷.

“A classe operária, depois de aprender a proteger a ordem estatal da anarquia do pequeno proprietário, depois de aprender a proteger a estruturar uma grande organização nacional da produção segundo princípios capitalistas de

²⁷A Alemanha para Lenin seria o exemplo de “capitalismo de Estado”, sendo a “... ‘última palavra’ da grande técnica capitalista moderna e da organização planificada, subordinada ao imperialismo *junker-burguês*”(op.cit.:602). Substituindo o Estado “imperialista *junker-burguês*” pelo Estado soviético (proletário), obter-se-ia como resultado o “socialismo”.

Estado, terá então nas mãos ... todos os trunfos, e a consolidação do socialismo estará assegurada” (Lenin, 1980b:602).

Segundo La Grassa e Turchetto (1979), para Lenin, as relações de produção em um Estado onde exista o capital monopolista são capitalistas pelo simples fato de que o poder político estaria ainda nas mãos dos exploradores. O “capitalismo de Estado” seria, neste sentido, uma forma eminentemente progressiva, já seria um passo adiante em direção ao socialismo, face à permanência de um vasto setor de pequena produção mercantil.

“Para realizar a transição ..., a URSS teria necessidade de uma grande indústria fortemente mecanizada e portadora de inovações; esta será, finalmente a via que será tomada” (La Grassa, Turchetto, 1979:81)²⁸.

Assim, segundo Lenin, ao implantar o capitalismo de Estado sob a forma de concessões,

“... o Poder Soviético reforça a grande produção contra a pequena, a avançada contra a atrasada, a mecanizada contra a manual, aumenta a quantidade de produtos da grande indústria nas suas mãos..., reforça as relações econômicas reguladas pelo Estado como contrapeso às relações pequeno-burguesas anárquicas” (Lenin, 1980c:505).

²⁸La Grassa e Turchetto (1979) são contra a tese de que o ano de 1929 representaria uma virada brusca na linha política e teórica do PCUS — Partido Comunista da União Soviética —, como se sobressai na análise de Bettelheim (A luta de classes na União Soviética); não acreditando que, sob este ponto em particular, o período

Para Lenin, a transição é inconcebível sem o domínio do proletariado no Estado somado ao pleno desenvolvimento das forças produtivas; sendo assim, o “socialismo” se daria através do amadurecimento das condições econômico-sociais e das condições políticas.

“O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista construída segundo a última palavra da ciência moderna, sem uma organização estatal planificada que submetta dezenas de milhões de pessoas à mais rigorosa observância de uma norma única de produção e na distribuição dos produtos” (Lenin, 1980b:602).

Viu-se assim que a predominância da problemática das forças produtivas na concepção de Lenin acerca da transição obscurece a principal contradição existente no modo de produção capitalista: a luta de classes na produção que advém, justamente, da crescente transformação da divisão técnica do trabalho. O principal desta concepção é o fato de Lenin não ter enxergado que o socialismo não seria a realização de um modo de produção superior ao capitalismo, mas um momento de transição ao comunismo, momento este que exige a necessidade de uma contínua luta de classes para a efetiva extinção das relações capitalistas de produção, asseguradas, principalmente, pelo contínuo aprofundamento da separação entre trabalho de direção e de execução, entre trabalho manual e intelectual.

stalinista romperá completamente com o pensamento leniniano ou que este tivesse

Veremos assim, no capítulo seguinte, como o taylorismo, nas concepções de Lenin, ocupa um lugar importante para a realização da transição, devido justamente a primazia que Lenin concede ao desenvolvimento das forças produtivas na transformação do modo de produção capitalista.

III

Lenin e o taylorismo. Gastev e o debate acerca do “taylorismo soviético”

Analisaremos neste capítulo o lugar que o sistema Taylor ocupa no pensamento de Lenin como um método privilegiado na organização do trabalho para a transição ao comunismo. Também analisaremos os expoentes principais do debate da década de 1920 ocorrido na URSS, debate este herdeiro da concepção leniniana de Taylorismo, acerca da possibilidade da criação de um “Taylorismo soviético”.

3.1. Lenin e o Taylorismo

Podemos analisar o desenvolvimento da posição de Lenin em relação ao sistema Taylor em alguns poucos textos disponíveis nos quais o revolucionário abordou diretamente a questão do Taylorismo: *Sistema “científico” para esmagar o operário*, de 1913, *O sistema Taylor é a escravização do homem pela máquina*, de 1914, *Cadernos sobre o Imperialismo*, de 1915-16, *Tarefas imediatas do poder dos soviets*, de 1918 — e a primeira versão deste artigo, também escrita em 1918.

No período em que os primeiros textos foram redigidos — portanto antes da insurreição de outubro de 1917 —, Lenin reflete sobre experiências reais, pois alguns países imperialistas como França e EUA, apresentam agravamento da resistência operária diante da implantação do sistema Taylor.

“Durante o inverno 1912-1913, estouram na França, nas usinas Renault, uma greve importante contra a adoção do sistema Taylor e da cronometragem. Mesmo nos Estados Unidos, onde tinha sido adotado havia apenas uma década, o sistema Taylor se chocava contra uma séria resistência dos sindicatos e de uma parte dos meios patronais...” (Linhart, 1983:83).

No curtíssimo texto de 1913, *Sistema “científico” para esmagar o operário*, a posição de Lenin é a de que o taylorismo aumenta a exploração. Nas palavras do revolucionário,

“Em que consiste este ‘sistema científico’? Em sugar do operário três vezes mais trabalho no transcurso da mesma jornada de trabalho. Faz-se trabalhar o operário mais forte e hábil; registra-se valendo-se de um relógio especial — em segundos e décimos de segundo — o tempo investido em cada operação, em cada movimento; elaboram-se os procedimentos de trabalho mais econômicos e produtivos; reproduz-se o trabalho do melhor operário em uma cena cinematográfica, etc.” (Lenin, 1986b:18).

Além de descrever o taylorismo como uma alavanca de aumento da exploração humana, Lenin critica, em outra passagem, o esgotamento físico do operário quando este está subordinado a tal sistema, fato que aumentaria o

desemprego, devido a possibilidade de intensificação de trabalho, ou seja, menos trabalhadores trabalhando, porém, produzindo mais.

“... as mesmas 9 ou 10 horas da jornada de trabalho explora do operário três vezes mais trabalho, dilapidam-se desapidadamente todas as suas energias, absorve-se com triplicada rapidez cada gota de energia nervosa e muscular do escravo assalariado. Quem morrerá antes? Há muitos esperando nas portas das fábricas!...” (*op.cit.*:18-19).

Em conseqüência da intensificação do trabalho,

“No começo, aumentam o salário para o trabalhador. Porém, centenas de trabalhadores são demitidos. Os que ficam, trabalham com quatro vezes mais intensidade, deteriorando-se no trabalho” (*op.cit.*:19)

Mas, no artigo *O taylorismo é a escravização do homem pela máquina* de 1914, Lenin tem uma outra impressão do taylorismo. Ainda neste artigo Lenin vê neste sistema a maneira de se intensificar a exploração do homem que cada vez mais é aumentada no sistema capitalista.

“A concorrência que se intensifica sobre as épocas de crise, como a que estamos sofrendo, obriga-o [o capitalismo] a inventar novos meios de baratear a produção. Porém, a dominação do capital converte, cada vez mais, todos esses meios em instrumentos de opressão sobre o operário. O taylorismo é um destes meios” (Lenin, 1936c:390)

O taylorismo possuiria a característica de intensificar a exploração sobre o operário quando está subordinado ao sistema capitalista, cujas características principais seriam o lucro e a desorganização, que ocasionariam as crises.

“O capital organiza e ordena o trabalho dentro da fábrica para oprimir, todavia, mais o operário e para aumentar seu próprio lucro. E em toda a produção social, continua e aumenta o caos, que leva à crise, quando as riquezas acumuladas não encontram compradores e milhões de operários perecem e passam fome, sem poder encontrar trabalho” (*op.cit.*:392).

Porém, podemos perceber uma mudança de abordagem de Lenin sobre a sua concepção do sistema Taylor. Neste artigo verificamos uma ressalva. Lenin vê uma outra aplicabilidade do taylorismo, quando este é aplicado não só dentro da fábrica, mas na sociedade, sob a direção dos operários:

“O taylorismo, sem que o queiram seus autores e contra a vontade destes, aproxima o tempo em que o proletariado tomará em suas mãos toda a produção social e designará suas próprias comissões, comissões operárias, para distribuir e ordenar acertadamente todo o trabalho social. A grande produção, as máquinas, as ferrovias, os telefones, tudo isto oferece inúmeras possibilidades de reduzir quatro vezes o tempo de trabalho dos operários organizados, assegurando-lhes um bem-estar quatro vezes maior do que hoje. E as comissões operárias, com a assistência dos sindicatos operários, saberão aplicar estes princípios de distribuição sensata do trabalho social quando este se vir livre da escravização pelo capital” (*op.cit.*:392).

Sistematizando as limitadas críticas de Lenin ao taylorismo, podemos apontá-las, segundo Linhart (1983) desta forma: o taylorismo, aplicado à produção capitalista, seria a causa de uma

“...superexploração produtivista, do desemprego, do fortalecimento da aristocracia operária pelo aumento dos salários e o número e maior importância dada ao papel dos contramestres” (*op.cit.*:94).

Não verificamos aí nenhuma crítica ao taylorismo enquanto sistema de aprofundamento da clássica divisão do trabalho no capitalismo — divisão entre trabalho manual e intelectual, de direção e de execução. Segundo este autor, Lenin

“...não critica a liquidação de qualquer iniciativa técnica operária. E não menciona a supressão de toda atividade intelectual do operário no correr de seu trabalho. Não se deixa impressionar pelo objetivo de desqualificação do trabalho operário contido no taylorismo” (*op.cit.*:94).

O que Lenin enxerga de positivo no taylorismo é que, livre de sua subordinação ao sistema capitalista, ou seja, dirigido por operários russos sob a ditadura do proletariado, tal sistema seria um princípio organizador da produção russa, no sentido do desenvolvimento das forças produtivas quando seu “invólucro” — a propriedade privada dos meios de produção — fosse rompido.

Segundo Linhart,

“Lenin acusa o taylorismo e o capitalismo em geral do erro de limitar a racionalização do processo de trabalho e, daí, reduzi-la ao papel de uma arma suplementar, no arsenal de exploração. O objetivo que transparece aqui, na análise de Lenin é *dissociar o taylorismo de sua função de exploração capitalista e estender princípios a toda a economia*. A racionalização da organização do trabalho fornece o modelo de uma racionalização do organismo econômico da sociedade inteira.” (*op.cit.*:86).

Neste sentido, Lenin começa a ver no taylorismo um meio positivo de racionalização da produção, meio este que poderia combater a forma capitalista “anárquica” da produção. Ou seja, Lenin tenta separar no taylorismo o que ele considera como sendo seus “aspectos positivos” — aumento da produtividade, diminuição da jornada de trabalho, padronização do trabalho manual, democratização do acesso das massas à gestão política e ao controle da produção — dos seus aspectos negativos — o taylorismo enquanto uma alavanca capitalista de exploração humana. Segundo Sochor (1981), o taylorismo, para Lenin, está ligado aos avanços gerais do capitalismo, o que seria positivamente interpretado desde que tal método pavimentasse o caminho para o socialismo. Neste sentido, a questão principal para Lenin seria a questão política, ou seja, quem poderia controlar e usar o taylorismo²⁹.

²⁹Segundo Sochor (1981), é interessante ter o conhecimento da existência de um debate teórico entre Bogdanov e Lenin: o primeiro não acredita que o taylorismo pudesse servir de meio para o socialismo, apesar de acreditar na necessidade de se ter o capitalismo antes do socialismo; defende que as “premissas teóricas (do taylorismo) teriam que ser retrabalhadas e que uma ciência e uma cultura proletárias teriam que ser conscientemente desenvolvidas”. Lenin também concebe uma adaptação do taylorismo “para os nossos próprios fins”, mas sugere “cercar a técnica

Veremos, mais adiante, que é nestes termos que o debate acerca do taylorismo na URSS é colocado. Segundo Linhart (1983:86), "... na União Soviética ... inúmeros discursos e artigos serão consagrados a distinguir entre a 'racionalização socialista' e a 'racionalização capitalista'" (*op.cit.*:86).

Na análise do texto *Cadernos sobre o Imperialismo*, que seria anotações de Lenin para um texto fundamental de sua obra: *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, podemos perceber a existência de um lugar privilegiado ocupado pelo sistema Taylor no seu pensamento: a racionalização técnica como sendo a forma transitória que preparasse o socialismo na época do capitalismo monopolista (Linhart, 1983).

Podemos dizer que tal idéia se concretizará em *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, pois neste texto, como já pudemos observar no capítulo anterior, Lenin deixa claro sua concepção de que a transformação do capitalismo em capitalismo monopolista prepararia a transição deste modo de produção a outro "mais elevado", pois através da centralização da produção, a socialização das forças produtivas já se teria realizado. A única tarefa a se cumprir seria o de quebrar o monopólio burguês da propriedade dos meios de produção, para que o proletariado pudesse impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas.

Mas, segundo Linhat (1983),

capitalista pelos meios políticos" ao invés de uma "remodelação teórica do taylorismo" (*op.cit.*:249).

“ ... o texto final do *Imperialismo* ... deixa de lado o taylorismo: trata unicamente da ‘racionalização’ econômica pelos cartéis e pelos grandes bancos (fornecimento sistemático de subsídios e matérias-primas, controle da indústria pesada, divisão dos mercados...)” (*op.cit.*:88).

Lenin não teria se referido ao taylorismo neste texto pois

“Sem dúvida, a guerra mundial e o estabelecimento de economias de guerra centralizadas na Europa, particularmente na Alemanha, despertavam maior interesse sobre a organização econômica do conjunto do capital monopolista” (*op.cit.*:88).

Não se pode justificar a análise positiva que Lenin faz do taylorismo por um suposto desconhecimento do revolucionário dos movimento de resistência dos trabalhadores — fundamentalmente os trabalhadores qualificados — no países nos quais tal sistema estava sendo implantado. Lenin até mesmo verifica que o taylorismo estaria se difundindo na Europa com o objetivo único de aumentar a exploração sobre o operário;

“O capitalismo norte-americano lidera todos os outros. O maior desenvolvimento da técnica, a maior rapidez no progresso, tudo isto faz com que a velha Europa vá no encalço dos ianques (...) Do que mais se fala atualmente na Europa, e em parte na Rússia, é do ‘sistema’ do engenheiro norte-americano Frederick Taylor” (Lenin, 1986b:18).

A resistência ao taylorismo, para além de significar a “defesa do saber operário e da autonomia operária” (Linhart, 1983:97), vai explicitar o

“...reflexo conservador e elitista das frações mais favorecidas da classe operária ocidental e dos sindicatos: contra a produção em massa e contra o surgimento de um proletariado sem qualificação, sem ‘capital’ de conhecimentos técnicos” (*op.cit.*:98).

O movimento sindical, na luta contra o taylorismo, representa principalmente os trabalhadores qualificados, ou seja, a “elite” da classe operária, desprovendo de representação os trabalhadores não qualificados. Neste sentido, este sindicalismo estreito agia no sentido de garantir a manutenção dos direitos de um segmento da classe operária, e não desta como um todo.

Neste sentido, Lenin vai criticar veementemente a “aristocracia operária”, pois quando este propuser a introdução do sistema taylorista para a organização do processo produtivo soviético, vai encontrar resistência justamente nos poucos trabalhadores qualificados existentes na Rússia, em sua grande maioria, influenciados pelos mencheviques.

Segundo Linhart (1983), suas anotações em *Cadernos sobre Imperialismo* provam que é no sentido de criticar a “aristocracia operária” que se dá a atenção de Lenin ao fato de uma intensificação da divisão entre o trabalho de direção e o trabalho de execução no sistema tayloriano subordinado ao modo de produção capitalista. Lenin faz várias citações do texto *Direção das empresas* de Taylor, nas quais o engenheiro relata a existência de uma resistência dos trabalhadores à implantação da direção científica do trabalho e dá fórmulas de como combatê-la. Segundo Lenin,

“O autor impôs seu método desde 1883 nas mais diversas indústrias dos Estados Unidos e jamais teve que enfrentar uma greve. Pensa que, com este sistema, as greves são inevitáveis somente se a maioria dos operários pertencerem a um sindicato cujos estatutos são tão rigorosos que não permitem a seus filiados trabalhar senão se ajustando às condições fixadas pelo sindicato” (Lenin:1986d:138).

Para Lenin, como tal sistema precisaria de muitos contramestres, os operários seriam “*atraídos e subornados* a qualificações superiores”. Podemos tentar entender que tal acusação a este sistema não se fundamenta em uma constatação de que o taylorismo, conhecido como a política da “cenoura e do bastão”, oferece altos salários aos funcionários para que estes aumentem a produtividade. Uma vez que este aumento de produtividade se padroniza, torna-se a meta para todo o coletivo de trabalhadores. Assim, o aumento de salário só acontece em um primeiro momento e vem acompanhado com a continua expropriação dos operários do seu saber-fazer. A existência de uma “aristocracia operária”, estaria concentrada na

gerência científica do processo produtivo, gerência esta necessária à busca sempre crescente de aumento da produtividade no processo de produção capitalista.

Segundo Linhart (1983), neste mesmo texto, Lenin vê três aspectos positivos da aplicabilidade do sistema Taylor. O primeiro deles seria a consideração “da ‘*estandardização*’ do trabalho manual um importante progresso em direção ao *socialismo*” (op.cit.:91), não enxergando que por trás deste sistema há uma técnica especificamente capitalista de organização da produção para o aumento da extração da mais-valia. Lenin, neste sentido, vê como positiva a idéia de padronização do trabalho manual para que este seja controlável e mensurável pelo capital. Em sua concepção, seria interessante que esta padronização do trabalho manual se estendesse a toda a sociedade para que dele todos tomassem parte.

A padronização do trabalho estaria vinculada a idéia de democratização do acesso das massas à vida política, ou seja, primeiramente, com tal padronização, todos poderiam realizar o mesmo trabalho; com a simplificação das tarefas, diminuir-se-ia o tempo de sua execução; com a diminuição da jornada de trabalho, o operário teria mais tempo para se dedicar à vida política. Essa idéia ficará visível quando da análise que Lenin faz do surgimento dos “sábados comunistas”, que são considerados por ele como a primeira iniciativa de trabalho verdadeiramente comunista.

“Os ‘sábados comunistas’ têm tanta importância porque foram iniciados não por operários que se encontram em condições excepcionalmente favoráveis, mas por operários de diversas especialidades, incluindo também operários não especializados, serventes que se encontram nas condições *habituais*, isto é, as *mais duras*” (Lenin, 1989b:154).

Se a forma de trabalho dos “sábados comunistas” se estendessem por toda a sociedade, como discutiremos posteriormente, o socialismo, segundo Lenin, se realizaria.

Segundo Linhart (1983), o que Lenin vê de interessante no sistema Taylor é a possibilidade do nascimento de “um novo sistema político”, no sentido de um “excelente modelo de progresso técnico do capitalismo ao socialismo” (Lenin:1986:146). Seriam então, estas as bases para este novo sistema político:

“... a jornada de trabalho reduzida, tornada possível pela “racionalização” legada pelo capitalismo e desembaraçada do desperdício com que ele a onerou. Liberar o tempo das massas populares para a direção do Estado, as tarefas políticas e administrativas: assim seria, pensava Lenin em 1917, a transformação principal do processo de trabalho nesta etapa e que tornaria possível o exercício da democracia pelas massas (...) [já] a mudança na *natureza* do trabalho e a supressão da divisão do trabalho legada pelo capitalismo eram coisas que deviam fazer parte de um programa a muito longo prazo, para além da ditadura do proletariado.” (*op.cit.*:92).

Lenin prega a libertação do taylorismo das “irracionalidades” do sistema capitalista. Porém, ao analisarmos o taylorismo mais critica e profundamente,

verificamos que o que tal modo de gestão e organização do processo produtivo não é contraditório ao sistema no qual surgiu, pois o que ele faz realmente é acentuar cada vez mais a separação do trabalho manual do trabalho intelectual, do trabalho de concepção do de execução, beneficiando o acréscimo de mais-valia relativa.

De acordo com Linhart (1983), haveria mais dois pontos que Lenin considera como positivos na análise do taylorismo. Além da padronização do trabalho, Lenin vê com a adoção deste sistema a possibilidade do aumento da produtividade do trabalho. Nos *Cadernos sobre o Imperialismo*, temos a seguinte anotação: “Cronometrar-se o estudo dos tempos = o mais ‘interessante’, o mais ‘sensacional’ no sistema Taylor” (Lenin:1986:144)³⁰. Como pudemos constatar no capítulo II, em vários de seus textos a questão do aumento da produtividade é crucial para que o socialismo — confundido por ele com o comunismo — realize-se; neste sentido, a adoção do taylorismo seria mais um fator para o impulsionamento pleno das forças produtivas. Também Lenin vê no taylorismo a possibilidade de diminuição da jornada de trabalho, pois só assim os operários poderiam participar da vida política através da gestão estatal.

“O Estado socialista pode surgir unicamente como uma rede de comunas de produção e consumo, que registrem conscienciosamente a sua produção e

³⁰Lenin também está atento aos estudos do movimento realizados por Frank Gilbreth, no sentido do aumento da produtividade. Lenin (1986d:145) concorda com Gilbreth no sentido de que, “Este estudo contribuiu para reduzir os movimentos não somente dos homens e mulheres, senão também os movimentos dos médicos, enfermeiras, operários, em uma palavra, os movimentos dos trabalhadores de cada tipo de trabalho estudado” Segundo Lenin, “Estes estudos têm interesse para toda a sociedade” (*op.cit.*:146).

consumo, economizem o trabalho, elevem constantemente a sua produtividade e com isso alcancem a possibilidade de reduzir a jornada de trabalho até sete, seis horas e mesmo menos... O capitalismo deixou-nos em herança organizações de massas capazes de facilitar a transição para o registro e o controle de massas da distribuição de produtos: as sociedades de consumo” (Lenin, 1980a:571).

Assim, o que garantiria tal diminuição da jornada de trabalho seria o uso “racional” das forças produtivas para que estas gerassem o aumento da produtividade.

Porém, Lenin não discute a diminuição da jornada de trabalho em conjunto com a possibilidade de uma revolucionarização das forças produtivas (problemática esta nunca abordada pelo revolucionário). O socialismo para Lenin se reduz ao controle e ao registro da produção pela ditadura do proletariado, produção esta acelerada pelo desenvolvimento “racional”, impulsionado pelo proletariado, das forças produtivas. Lenin pode citar a necessidade da supressão da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, mas não aponta um plano sistemático para que isto se efetue. Para Lenin,

“A base econômica da extinção completa do Estado é um desenvolvimento tão elevado do comunismo que nele desaparece a oposição entre trabalho espiritual e o trabalho manual... a simples expropriação dos capitalistas (...) dará a possibilidade de um desenvolvimento gigantesco das forças produtivas (...) Mas qual será a rapidez deste desenvolvimento, com que rapidez atingirá uma ruptura com a divisão do trabalho, ... isto não sabemos e não podemos saber” (Lenin, 1980a:287).

Lenin determina fundamentalmente que o desenvolvimento pleno das forças produtivas (sem nenhuma transformação do seu conteúdo capitalista), desenvolvimento no qual a aplicação do sistema taylorista ocuparia um lugar privilegiado, legará a transição. Linhart (1983), neste sentido, caracteriza a dialética leniniana como um

“... método específico pelo qual Lenin assume e pretende resolver um sistema de contradições. A partir do momento em que um objetivo central é determinado para a etapa em curso, tudo lhe fica subordinado, mesmo que o preço a pagar sejam as contradições suplementares... para o desenvolvimento posterior. E desse modo, vai-se aceitar, na realidade, o agravamento da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual e que seja reforçada a estrutura autoritária do processo de trabalho ...” (Linhart, 1983:93).

Podemos também verificar na concepção de Lenin sobre o taylorismo uma ligeira mudança sobre a forma de sua aplicabilidade na produção soviética. Podemos apontar que esta mudança se dá pela agravamento da conjuntura. Em decorrência da primeira grande guerra, a guerra civil, a fome e o caos econômico assolam a Rússia. As indústrias, em sua grande maioria, estão paradas e as colheitas não são distribuídas pelos camponeses que sofrem grande influência dos mencheviques e dos SR (socialistas revolucionários).

Podemos verificar tal fato na comparação das duas versões de *Tarefas imediatas do poder dos soviets*. Na primeira versão, escrita em 1918, logo após a Insurreição de outubro (em março, precisamente), Lenin diferencia do sistema Taylor aplicado sob o sistema capitalista o que seria o “taylorismo socialista”; enxerga, deste modo, o taylorismo adaptado ao socialismo como um taylorismo libertador, que democratizaria o acesso das massas ao domínio da ciência e da técnica e que reduziria a jornada de trabalho, beneficiando as massas na economia de sua força de trabalho e na sua participação na gestão política da formação social russa. Lenin vê, neste sentido, a possibilidade da “auto-organização tayloriana” da sociedade. (Linhart, 1983). Segundo Lenin,

“...não se deve esquecer um só instante que o sistema Taylor implica um progresso enorme à ciência, que analisa sistematicamente o processo de produção e abre a via para um grande aumento da produtividade do trabalho humano. As investigações científicas iniciadas na América do Norte em relação ao sistema Taylor e, em particular, o estudo dos movimentos, como dizem os norte-americanos, brindaram uma imensa quantidade de dados que permitem ensinar à população trabalhadora métodos de trabalho, em geral, e de organização do trabalho, em particular, muitíssimos mais avançados” (Lenin, 1986d:146).

Neste sentido, a liberdade seria conquistada pelo operariado e o novo trabalhador soviético surgiria: o trabalhador que, através da racionalização do processo produtivo, aprenderia a trabalhar de forma socialista, ou seja, suas tarefas seriam simplificadas e ele se libertaria da pesada jornada de trabalho — na qual sua força de trabalho é superexplorada e gasta — através da sua diminuição, para participar da vida política.

“A Republica Soviética socialista enfrenta uma tarefa que sucintamente pode formular-se: devemos implantar em toda a Rússia o sistema Taylor e a elevação científica norte-americana da produtividade do trabalho, conjugando este sistema com a redução do tempo de trabalho, com o emprego de novos métodos de produção e de organização do trabalho, sem prejudicar em absoluto a força de trabalho. Pelo contrário, o emprego do sistema Taylor, corretamente dirigido pelos próprios trabalhadores se estes são bastantes conscientes, constituirá o meio mais seguro para uma sucessiva e enorme redução da jornada de trabalho obrigatória de toda a população trabalhadora, o meio mais seguro para que em um período bastante curto realizemos a tarefa que se pode expressar aproximadamente assim: seis horas diárias de trabalho físico para cada cidadão adulto e quatro horas de trabalho na administração do Estado” (*op.cit.*:146).

Desta primeira versão do artigo definitivo podemos concluir que o pano de fundo da transição para Lenin é, principalmente, o aumento da produtividade, a organização da economia na Rússia, porém, através de um desenvolvimento das forças produtivas somada à necessidade de libertação da classe operária do jugo da exploração capitalista; o taylorismo, sendo aplicado e dirigido pelas comissões

operárias, seria o meio de autodeterminação das massas na sociedade russa, a concretização do socialismo.

Entretanto, temos a segunda versão de *As tarefas imediatas do poder dos soviets*, também escrita em 1918 (mas em abril). Este texto definitivo é extremamente marcado pelo agravamento da conjuntura econômica russa daquele momento — fome, desorganização das indústrias, guerra civil, invasão estrangeira, etc. Já se realizaram as expropriações; mas para que esta medida realizasse a transformação do sistema capitalista, Lenin defende o aumento da produtividade para que ocorra “...o restabelecimento das forças produtivas arruinadas pela guerra e pela gestão da burguesia” (Lenin, 1980a563).

“... a tarefa principal do proletariado e do campesinato pobre por ele guiado é ... o trabalho positivo ou construtivo de organização de uma rede extraordinariamente complexa e delicada de novas relações de organização que abarquem a produção e a distribuição planejada dos produtos necessários à existência de dezenas de milhões de pessoas”. Neste sentido, “Ao criar um novo tipo de Estado, o Estado Soviético, que abre às massas trabalhadoras e oprimidas a possibilidade de tomar uma parte muito ativa na construção independente da nova sociedade, resolvemos apenas uma pequena parte de uma tarefa difícil. A dificuldade principal reside no campo econômico: realizar um registro e um controle rigorosíssimo e geral da produção e distribuição dos produtos, elevar a produtividade do trabalho, *socializar de fato a produção*” (*op.cit.*:560).

Lenin firma como principal passo de transição ao socialismo a tarefa de administração.

“*Conquistamos a Rússia — dos ricos para os pobres, dos exploradores para os trabalhadores. Agora devemos administrar a Rússia. E toda a peculiaridade do momento que vivemos, toda a dificuldade consiste em compreender as particularidades da transição da tarefa principal de convencer o povo e esmagar militarmente os exploradores para a tarefa principal de administrar*” (op.cit.:562).

Deve-se, assim, aprender com os técnicos burgueses toda forma de aplicação da mais avançada ciência e técnica capitalistas para o aumento da produtividade. Para que tais técnicos cumprissem o papel de ensinadores deste processo, seria necessário recuar frente às premissas da Comuna de Paris, ou seja, pagar altos salários aos técnicos e engenheiros burgueses para que as massas tivessem acesso e dominassem esse saber, o que Lenin chama de “um passo atrás do poder de Estado socialista” (op.cit.:567).

“Sem a direção dos especialistas dos diferentes ramos do conhecimento, da técnica, da experiência, é impossível a transição para o socialismo, porque o socialismo exige um movimento de avanço consciente e massivo para uma produtividade do trabalho superior em comparação com o capitalismo e na base do que foi alcançado pelo capitalismo” (op.cit.:566).

O que marca principalmente este artigo é a necessidade de implantação do diretor único nas indústrias soviéticas para que a “anarquia da produção” seja eliminada. Temos neste momento uma desorganização da produção nas indústrias e do trabalho nas estradas de ferro.

Neste sentido, a educação, o “aprender a trabalhar” deve ser o grande objetivo dos operários e camponeses russos para que tais técnicos e engenheiros, “corrompidos pelos costumes burgueses” não fossem mais necessários na produção. Além disso, o trabalho obrigatório deveria ser implantado para que fosse colocado na ordem do dia “o trabalho preparatório de organização”. A disciplina do trabalho se torna essencial, neste momento, na concepção de Lenin, para que se eleve as forças produtivas e para que se solucione o caos instaurado na Rússia.

Porém, o que Lenin não enxerga é que o problema fundamental não é o da questão salarial, mas sim a utilização de técnicos burgueses e dos diretores únicos para a organização da administração, tanto estatal, como das indústrias; a existência destes técnicos acabam por coibir qualquer iniciativa operária de controle da produção, de reapropriação do saber-fazer operário e de transformação dos meios de produção. Assim, Lenin não contempla, em nenhum momento, em paralelo com a organização do registro e controle, a transformação revolucionária das forças produtivas, da superação da divisão técnica do trabalho, donde se originam estes mesmos técnicos. Sua lógica segue o princípio do primado do desenvolvimento das forças produtivas, desenvolvimento no qual se liquidaria a divisão entre o trabalho manual e intelectual através da socialização da técnica, sendo as forças produtivas impulsionadas pelo proletariado no poder. Mas o não questionamento da origem histórico-social desta técnica, da consideração de que o um modo de produção diferente do capitalismo, no sentido comunista, limitar-se-ia a uma mudança de administração e da planificação da economia, em detrimento da “anarquia da produção capitalista” leva Lenin a não questionar a não neutralidade das forças

produtivas. A ciência burguesa serviria, assim, a ambos os lados, dependendo do direcionamento que lhe fosse dada.

Neste sentido, não podemos entender tais medidas somente limitando nossa explicação ao momento conjuntural o qual a Rússia atravessava; é preciso ir mais além, como já demonstramos no capítulo II. É preciso considerar que a concepção de Lenin do socialismo propicia a defesa de tais medidas.

É neste sentido que ele clama as vantagens da aplicação do sistema Taylor no sentido de se alcançar a tarefa de aumento da produtividade;

“É preciso apoiar e impulsionar com todas as forças este trabalho, é preciso colocar na ordem do dia, aplicar na prática e experimentar o salário à peça, aplicar muito do que há de científico e progressivo no sistema de Taylor (...) A última palavra do capitalismo neste aspecto, sistema Taylor — tal como todos os progressos do capitalismo —, reúne em si toda a refinada crueldade da exploração burguesa e uma série de riquíssimas conquistas científicas no campo da análise dos movimentos mecânicos no trabalho, a supressão dos movimentos supérfluos e inúteis, a elaboração dos métodos de trabalho mais corretos, a introdução dos melhores sistemas de registro e controle, etc. A República Soviética deve adotar a todo o custo as conquistas mais valiosas da ciência e da técnica neste domínio. A possibilidade de realizar o socialismo é determinada precisamente pelos nossos êxitos na combinação do poder Soviético e da organização soviética da administração com os últimos progressos do capitalismo. Tem de ser criada na Rússia o estudo e o ensino do sistema Taylor, a sua experimentação e adaptação sistemáticas. Ao mesmo tempo, é preciso ter em conta as particularidades do período de transição do capitalismo para o socialismo, que exigem, por um lado, que sejam lançada as bases da organização socialista da emulação e, por outro

lado, exigem a aplicação da coação para que a palavra de ordem de ditadura do proletariado não seja maculada por uma prática de brandura do poder Soviético” (*op.cit.:574*).

Neste sentido, Lenin defende a introdução do diretor único na fábrica alegando que a forma de *ditadura* da produção sob o regime soviético estaria a serviço do combate à ideologia pequeno-burguesa que perpassaria a produção naquele momento. Ou seja, Lenin tenta assim combater o que ele considera como a principal característica do capitalismo: a “anarquia da produção”.

“Quanto mais nos aproximamos do total esmagamento militar da burguesia mais perigoso se torna para nós o elemento da anarquia pequeno-burguesa. E contra este elemento não se pode lutar apenas por meio da propaganda e da agitação, apenas por meio da organização da emulação, apenas por meio da seleção de organizadores; tem de se lutar também por meio da coação” (*op.cit.:579*).

Assim, Lenin encontra a fórmula de luta para a elevação da produtividade e para a educação da classe operária na utilização da ciência e da técnica capitalista: a aliança da implementação do taylorismo (centralização das técnicas de produção) à adoção do sistema de diretor único. Para o revolucionário,

“... toda a grande indústria mecanizada — isto é, precisamente a fonte e a base material, produtiva do socialismo — exige uma unidade de vontade absoluta e rigorosíssima que dirija o trabalho comum de centenas, milhares e dezenas de milhares de pessoas. Tanto tecnicamente como economicamente

e historicamente esta necessidade é evidente e quantos pensaram no socialismo sempre a reconheceram como sua condição. Mas como pode ser assegurada a mais rigorosa unidade de vontade? — Por meio da subordinação da vontade de milhares à vontade de um só” (*op.cit.*:581).

Neste sentido, Lenin considera que

“... a subordinação sem reservas a uma única vontade é absolutamente necessária para o êxito dos processos de trabalho, organizado segundo o tipo da grande indústria mecanizada”, pois, segundo Lenin, “A revolução acaba de quebrar as cadeias mais antigas, mais fortes e mais pesadas, com as quais se submetiam as massas pela força. Isso acontecia. Mas hoje, essa mesma revolução, precisamente no interesse do socialismo, exige a obediência sem reservas das massas à vontade única dos dirigentes do processo de trabalho” (*op.cit.*:581).

Para Lenin, tal maneira de organizar o processo produtivo vai além de uma mera necessidade conjuntural; ela está contida no interior de sua concepção do socialismo.

“É preciso consolidar o que nós próprios conquistamos, o que nós próprios decretamos, legalizamos, discutimos e projetamos, consolidar em formas estáveis de uma disciplina do trabalho diária. Esta é a tarefa mais difícil, mas também a mais grata, pois só a sua resolução nos dará a ordem socialista. É preciso aprender a conjugar o democratismo dos comícios das massas trabalhadoras... com a disciplina *férrea* durante o trabalho, com a *obediência sem reservas* à vontade de uma só pessoa, do dirigente soviético, durante o trabalho” (*op.cit.*:583).

Só assim entendemos o lugar privilegiado que tem o taylorismo na concepção de Lenin da transição. Mais do que isso, tal método permitiria o combate a burocratização através da variação das

“...formas e os métodos de controle a partir de baixo, para paralisar qualquer sombra de possibilidade de deturpação do Poder Soviético, para arrancar repetida e infatigavelmente a erva daninha do burocratismo” (*op.cit.*:586).

Porém, Lenin não consegue enxergar o alcance de sua posição; o de deixar a porta aberta a um livre acesso da burguesia. Segundo Linhart (1983),

“... o taylorismo é a burocratização do processo de trabalho, a multiplicação das funções de controle e registro do mínimo gesto, o aparecimento das tarefas multiformes para contadores, funcionários, cronometristas, etc. Lutar contra o burocratismo apoiando-se no taylorismo, como Lenin espera, não será jogar pela janela aquilo que se reintroduz pela porta principal? (...) Lenin lutou contra a burocratização das ‘superestruturas’ sendo, ao mesmo tempo, levado ... a instalar o germe do burocratismo, bem no coração das relações de produção — no processo de trabalho” (*op.cit.*:113).

Podemos concluir, de acordo com Linhart (1983) que, enquanto a primeira versão de *Tarefas imediatas...* tinha como principal percepção do taylorismo a emancipação humana do jugo capitalista da exploração do trabalho, principalmente se este sistema fosse aplicado a toda a sociedade, a versão definitiva de *Tarefas imediatas...* possui um enfoque diferente sobre a aplicação do taylorismo

que seria introduzido com o objetivo principal de aumento da produtividade. Este texto, além de expressar o agravamento da conjuntura na qual estava mergulhada a Rússia (caos econômico, fome, guerra civil) vê, como forma de elevação da consciência do operário russo no sentido do aprendizado do trabalho, a adoção do sistema de diretor único. Este é enaltecido por Lenin para que se alcance o aumento da produtividade e quebra da resistência operária. Neste texto, uma concepção mais clássica do taylorismo é a que vigora, a do taylorismo como “centralização autoritária do processo de trabalho”. Mas existe um pano de fundo em comum entre os dois textos: Lenin insiste na idéia de que se deve “...quebrar o monopólio do saber técnico, as massas devem ter acesso a ele” (*op.cit.*:111), de uma forma ou de outra.

3.2 O taylorismo enquanto concepção teórica e não enquanto uma realidade material

Trataremos aqui de algumas tentativas de implantação efetiva do taylorismo na Rússia pós-revolucionária.

Temos, neste sentido, a experiência dos “sábados comunistas” na rede ferroviária.

Segundo Linhart (1983), com o caos econômico instalado na Rússia em 1918, dever-se-ia retomar o funcionamento dos aparelhos do Estado, afetado pela guerra. Seria justamente na rede ferroviária, onde se imbricavam as principais atividades produtivas e o aparelho de Estado, que Lenin lança a ofensiva tayloriana.

As redes ferroviárias teriam, logo após a revolução bolchevique, um papel essencial: a de unificação da Rússia — assolada pela fome e pela desorganização — na distribuição do trigo e um lugar privilegiado de se edificar uma “nova consciência do trabalho”, pois

“... é exatamente nesses setores de atividade, reunindo características de grande produção industrial moderna, dos serviços e da administração e onde os operários e os técnicos, desde o tempo do czarismo, já eram funcionários, ou pelo menos trabalhadores empregados pelo Estado, que as correntes sindicalistas corporativas, mencheviques ou mais raramente anarquistas, são mais poderosas” (*op.cit.*:117-118).

Assim, as redes ferroviárias estariam sendo dominadas por forças anti-bolchevistas e esta resistência deveria ser quebrada para que a produção russa fosse organizada.

“Lenin se decide a quebrar o ‘freio’ da rede ferroviária. Como atingir este objetivo? Submetendo o conjunto do processo de trabalho a uma direção unificadora. E, para que esta direção seja real e não apenas formal, será preciso que ela estabeleça uma análise e um controle rigoroso das tarefas” (*op.cit.*:119).

Primeiramente são adotados prêmios e pagamentos por peça para o aumento da produtividade. Porém, com a deterioração cada vez maior da economia soviética — inflação e escassez de produtos —, outras formas de trabalho são

adotadas: o voluntário — quando vemos surgir os “sábados comunistas” — e o obrigatório, com a implantação da centralização do trabalho.

Lenin aponta os “sábados comunistas” como um primeiro momento, o germe do trabalho comunista na sociedade de transição. Neste sentido, Lenin conclui que

“O sábado comunista dos operários ferroviários da linha Moscou-Kazan é uma das células da sociedade nova, socialista, que traz a todos os povos da terra a emancipação do jugo do capital e das guerras” (*op.cit.*:153).

Porém, segundo Linhart (1983), a organização dos sábados comunistas não diferem da organização tradicional do trabalho, que é caracterizado pela divisão entre trabalho manual e intelectual, presença de uma divisão hierárquica do trabalho, etc. Lenin, consideraria esta iniciativa voluntária de trabalho como comunista devido a possibilidade de aumento da produtividade através da presença de uma forte ideologia de impulsionamento das forças produtivas e da presença voluntária de trabalhadores de diversas profissões.

“O comunismo é uma produtividade do trabalho mais elevada que a do capitalismo, obtida voluntariamente por operários conscientes e unidos que utilizam uma técnica avançada. Os sábados comunistas tem esse valor excepcional como começo *efetivo do comunismo...*” (Lenin, 1980b:155)³¹.

³¹Podemos observar que ora Lenin utiliza o conceito de comunismo, ora de socialismo, mas ambos sempre significando a mesma coisa: o aumento da produtividade através da gestão e do controle do processo produtivo pelos operários

Mas a característica da organização do trabalho destes “sábados” é tipicamente taylorista;

“... o trabalho dos ‘sábados comunistas’ não envolve uma tentativa direta para resolver o problema da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual (...) Trabalhadores intelectuais aproximaram-se, pontualmente, do trabalho manual. Mas não há nenhuma tendência para elevar o conteúdo intelectual do trabalho manual” (op.cit.:149).

Segundo Linhart (1983), haveria contradições na Rússia para que o taylorismo se implantasse e se desenvolvesse, pois o proletariado industrial russo que começava a surgir não teria acumulado um capital de conhecimentos e de práticas técnicas. Se o taylorismo se caracteriza justamente como o método de organização do trabalho, através da expropriação em massa do saber operário, não seria esta a condição encontrada na Rússia. Ao analisarmos as bases materiais ocidentais de acumulação do saber operário como base de resistência, constatamos que

“O taylorismo, como expropriação, toma toda sua dimensão de ofensiva estratégica no plano social, quando ataca classes operárias poderosas, experimentadas, qualificadas, herdeiras de séculos de ofícios, de corporações, de artesanato. Não há nada de semelhante na Rússia” (op.cit.:99).

russos. Tal conceito não abarca assim o revolucionamento das forças produtivas capitalistas.

Um das principais razões para que esta classe operária russa não tivesse como característica principal a qualificação, característica esta presente nas classes operários dos principais países imperialistas, nos quais o taylorismo estava sendo implantado, seria pelo fato de que as grandes indústrias presentes na Rússia serem de origem estrangeira, não utilizando a força de trabalho desta formação social para as funções mais elevadas.

“... apela-se ... freqüentemente para os estrangeiros, no tocante aos trabalhos qualificados e à manutenção da maquinaria, deixando para os operários russos os empregos de aprendizes” (*op.cit.*:100).

Linhart aponta também que as indústrias na Rússia só seriam especializadas na fabricação de produtos semi acabados para serem exportados e que aí não se teria tido o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, que, nos países capitalistas, são o lugar privilegiado para o surgimento de uma força de trabalho experiente, qualificada, não só na técnica da produção, mas também no histórico de lutas e reivindicações contra o crescimento de sua exploração³².

³²Neste sentido, segundo a análise que Marx faz do surgimento da manufatura e a transição à grande indústria em *O Capital*, com a quebra do ofício, os trabalhadores são reunidos em um mesmo lugar, através de uma divisão do trabalho simples ou complexa. O surgimento da maquinaria reestrutura este processo produtivo no sentido de aumentar a produtividade. Já o taylorismo, vem completar essa organização do processo produtivo no sentido de aumentar a extração da mais-valia relativa.

Neste sentido, o taylorismo efetivamente não foi implantado na União Soviética no período leniniano e até o abandono da NEP, pois esta formação social não apresentava um somatório de fatores — uma base material — adequada para o desenvolvimento desta nova forma de organização do processo produtivo. Segundo Bettelheim (1983),

“Pouco antes do abandono da NEP, a idéia de um ‘taylorismo soviético’ não é completamente abandonada, mas nenhuma realização corresponde a tal idéia: o que tomou forma é um sistema de salário baseado em normas estabelecidas pelas direções de empresas e pelos órgãos de planejamento, em condições muito variáveis, segundo os casos, e correspondendo a um salário por peças em geral acompanhado de prêmios” (*op.cit.*:238).

Para Lenin, o objetivo de se implantar o taylorismo na Rússia seria o de democratizar o trabalho e expandir o conhecimento técnico do processo produtivo, não enxergando nele a sua principal característica: a quebra do saber operário para o aumento da produtividade³³.

³³“Apesar de Lenin ter apressado a adoção do taylorismo imediatamente depois da revolução, o real ímpeto do taylorismo não veio durante a período ideologicamente efervescente do comunismo de guerra, mas durante o período equívoco da NEP” (Sochor, 1981:249).

“... começa-se a pensar que, aquilo que no Ocidente se apresentava como expropriação do saber operário (redução a tarefas parcelárias, tão simples e padronizadas quanto possível) talvez pudesse, na Rússia, transformar-se em uma apropriação coletiva, a mais rápida e a mais econômica que se pudesse conceber, para uma força operária completamente nova e inexperiente, em situação de penúria de técnicos e engenheiros. Esta será ... a partir de 1918, a idéia de Lenin, concretizada pela famosa palavra de ordem *‘aprender a trabalhar’* e a proposta de introduzir sistematicamente os métodos taylorianos na indústria” (Linhart, 1983:101-102).

Nas palavras do próprio Lenin, “Aprender a trabalhar — esta é a tarefa que o poder Soviético deve colocar em toda a sua envergadura perante o povo” (Lenin, 1980a:574).

3.3. Gastev e o debate acerca do “taylorismo soviético”

No debate acerca da implantação do taylorismo na URSS podemos perceber uma clara influência da postura leniniana acerca de tal questão. A principal preocupação deste momento gira em torno do aumento da produtividade, do desenvolvimento das forças produtivas e da economia do tempo, como meio eficiente de transição ao socialismo. Assim, tentaremos analisar as duas correntes teóricas que foram predominantes neste debate.

Segundo Sochor (1981), nas análises sobre a introdução do taylorismo na URSS, os termos do debate se dividiriam entre a concepção de um “taylorismo

estritamente tecnicista” e de um “taylorismo modificado pela psicologia industrial e de proteção ao trabalhador” (*op.cit.*:246).

Como já dissemos anteriormente, o pano de fundo para o debate acerca da aplicação do taylorismo na URSS é uma herança da concepção leninista da transição, ou seja, o capitalismo enquanto modo de produção criador, na sua fase monopolista, das condições materiais necessárias para a transição. Segundo Sirianni (1992), o entusiasmo de Lenin pelo taylorismo

“... ajudou a legitimar um movimento de gerencia científica soviético, cujos efeitos claramente se enraizaram no controle gerencial sobre o trabalho” (*op.cit.*:255).

Este debate se dá principalmente na década de 1920 e seu tema principal gira em torno da adoção do taylorismo como uma estratégia de aumento da produtividade. Podemos analisar dois grupos que se destacam nesta discussão: os *ideologistas*, cujo representante principal é Platon Kerzhentsev, que se denomina defensor do “*ponto de vista comunista*”, cuja organização é chamada de *Liga do Tempo* (*Liga Vremya*, em russo) e os *pragmáticos*, representados principalmente por Aleksei Gatev, que defendia abertamente o taylorismo e seus princípios tal qual se apresentavam nas indústrias americanas. Sua organização era o *Instituto Central do Trabalho* (*TsIT* — sigla das iniciais russas: *Tsentral’nyi Institut Truda*)³⁴. Os dois

³⁴Segundo o autor, “... a controvérsia não resolvida entre Lenin e Bogdanov sobre a possibilidade de utilização dos métodos capitalistas para os fins socialistas formou a base teórica para os debates entre os pragmáticos e os ideólogos e para sua ambigüidade teórica” (Sochor,1981:249).

grupos possuíam um ponto em comum: que a organização científica do trabalho — em russo, *Nauchnaya Organizatsia Truda*, sendo sua sigla *NOT* — estava ligada às necessidades culturais do sistema soviético (Sochor, 1981).

“De fato, o movimento da *NOT* era em grande medida uma resposta consciente à palavra de ordem de Lenin ‘aprender a trabalhar’. As tarefas prescritas pela *NOT* eram mais elementares e mais ambiciosas do que os objetivos de eficiência típicos das sociedades industrializadas; tal movimento tinha como objetivo erigir uma infraestrutura cultural essencial para o esforço de desenvolvimento da União Soviética e, para além disso, os tayloristas soviéticos identificavam na *NOT* traços da ‘nova cultura’ indicativos para a transição ao socialismo” (*op.cit.*:247).

Temos a efervescência deste debate no período de implantação da NEP e a conjuntura russa pode ser caracterizado pela grande deterioração de sua situação econômica. Os pragmáticos, que propunham o uso do taylorismo “quase sem reservas” na URSS, também eram denominados como “*engenheiros tayloristas*” (“engineers-Taylorists”). Já os ideólogos também eram conhecidos como os “*preocupados com as questões sociais*” (“social-minded”), pois defendiam uma especial apropriação do taylorismo, sistema caracterizado por eles como um meio de exploração capitalista. Eles insistiam em uma estrita distinção entre “organização científica do trabalho”, organização esta que poderia ser suportada pela cultura soviética e taylorismo, que acolhia “aspectos não científicos” como o “crescimento excessivo dos esforços de trabalho” sem levar em conta o “balanço geral da energia

do trabalhador”, uma posição claramente relacionada às primeiras impressões de Lenin acerca de tal sistema (Sochor, 1981:250).

Tal debate vai se estender pelos anos seguintes e Gastev se destacou como o grande expoente na popularização das idéias tayloristas.

“Gastev foi o fundador do Instituto Central do Trabalho e a figura mais destacada no desenvolvimento e popularização das idéias soviéticas concernentes ao ‘gerenciamento científico’...” (Bailes,1997:373).

Assim como Taylor, Gastev foi um trabalhador de uma indústria de aço e tinha como idéia fixa o trabalho racionalizado e, especificamente, o estudo do tempo e dos movimentos³⁵.

Segundo Sochor (1981) Gastev afirmava que, sob a ditadura do proletariado, o taylorismo poderia ser conduzido somente pela eficiência, diferentemente de sua aplicação no sistema capitalista de produção, no qual estaria submetido aos efeitos distorcidos de uma orientação pelo lucro. Para Gastev a “NOT foi o ‘processo de organização do trabalho’ em um caminho preciso e calculado” (*op.cit.*:250). Assim, apesar dos fatores de tempo e custo terem sido antecipadamente levados em conta, Gastev argumentava a necessidade de uma exatidão na execução das tarefas na produção que só um método científico poderia trazer. Ele seguia estritamente as instruções de Taylor para que as tarefas fossem

³⁵Gastev, como secretário do sindicato dos metalúrgicos da Rússia entre 1917 e 1918, teve um papel central na persuasão dos seus companheiros sindicais na necessidade de adoção do pagamento por peça como um estímulo, ao invés do sistema uniforme de salários (Bailes, 1987).

organizadas de forma a proporcionar o aumento da produtividade, ou seja, ele também pregava o “estudo preliminar do trabalho”, para que cada método fosse “dividido e separado em partes”, sendo que estas “partes” deveriam ser “comparadas com outras para que a melhor fosse escolhida”; com estas partes dever-se-ia formar uma “série especial que deveria ser organizada” para que o trabalho fosse o “mais econômico”. Neste sentido, segundo o próprio Gastev, haveria a necessidade da realização desta análise científica do trabalho para que

“... o mínimo de tempo seja gasto, o mínimo de fadiga seja sentido e, finalmente, que o trabalho seja o mais preciso. Esta é a essência da organização científica do trabalho” (Gastev, *apud: op.cit.:251*).

O interesse central de Gastev era a criação de um novo operário que se adequasse a nova cultura russa: a cultura da produtividade, da economia dos tempos e do movimentos. Neste sentido, para entender a nova cultura proletária

“... é necessário ser um tipo de engenheiro; é necessário ser um construtor social experiente e extrair dos métodos científicos não os pressupostos gerais ao considerar o desenvolvimento das forças produtivas, mas a análise molecular mais exata da nova produção, que fez existir o proletariado contemporâneo” (Gastev, *apud: Bailes, 1997:377*).

A nova indústria capitalista, para Gastev, serviria tanto aos interesses capitalistas, quanto aos socialistas, na época do imperialismo.

“A metalurgia do novo mundo, as fábricas de carros e aviões da América e, finalmente, a indústria de armas de todo o mundo — eis aqui os novos, gigantescos laboratórios onde a psicologia do proletariado está sendo criada, onde a cultura do proletariado está sendo manufaturada. E se vivemos na era do super-imperialismo ou socialismo mundial, a estrutura da nova indústria será, em essência, a mesma” (Gastev, *apud*: Bailes, 1997:377).

Segundo Bailes (1997), Gastev dividia os operários industriais em cinco categorias, de acordo com o grau de especialização e criatividade que eram exigidos por seus ofícios. Seriam eles: 1) nas metalúrgicas, os mecânicos de máquinas e os torneiros mecânicos seriam os operários mais qualificados, pois adicionariam, na montagem das máquinas, seus “toques de criatividade”; 2) os operários das máquinas, apesar de não adicionarem ao processo de montagem das máquinas sua criatividade, possuíam uma variedade de qualificações e geralmente escolhiam o melhor método de resolução de um problema; 3) havia o trabalhador padronizado, estandardizado, desprovido de qualquer elemento subjetivo que simplesmente seguia uma série de tarefas a serem executadas; 4) o quarto tipo seria o operário recém ingressado na indústria e que possuía conhecimentos elementares das máquinas, adquiridos através de uma instrução de massa e, 5) o último tipo era considerado o operário que realizava tarefas pesadas e não mecanizadas.

Dentre estes tipos de operários classificados por Gastev, o terceiro — os trabalhadores padronizados — iria substituir todos os outros na produção mecanizada, justamente pela tendência objetiva que se pronunciava da necessidade

de “normalizar”, padronizar o trabalho, ou seja, eliminar as diferenças entre os operários qualificados — de direção — e os desqualificados — de execução. Neste sentido, a ideologia que perpassava a posição teórica de Gastev era a de que o indivíduo se fundiria no coletivo de trabalho, pois a mecanização da produção favoreceria a ideologia do coletivismo soviético propunha o uso do taylorismo “quase sem reservas” na URSS.

“Diante de nós há a perspectiva não só de um trabalhador individual mecanizado, mas um sistema mecanizado de trabalho gerencial. Não uma pessoa, não uma autoridade, mas um ‘tipo’— um grupo — que gerencie outros ‘tipos’ ou grupos. Ou mesmo uma máquina, no sentido literal do termo, gerenciará as pessoas. Máquinas que são gerenciadas tornar-se-ão gerentes “ (Gastev, *apud*: Bailes, 1997:378).

Segundo Sochor (1981), a concepção de Gastev da NOT era baseada em modestos projetos organizacionais e dados bem estudados que poderiam ser generalizados sobre unidades organizacionais mais amplas³⁶ e, neste sentido, era nesta base que os pragmáticos se identificavam fortemente com a orientação de trabalho do TsIT. Como um exemplo de sua apropriação pela NOT, os pragmáticos se focaram no mais alto nível de produção: a fábrica; adotavam, assim, uma

³⁶Segundo Sirianni (1996:255), “Gastev... tinha a visão de estender os princípios do gerenciamento científico para toda a esfera da vida, e conscientemente... comparava o ser humano como sendo uma máquina. Para ele, o exército, a prisão e o mosteiro eram as formas ideais de organização humana e o trabalho completamente estandardizado e rotinizado era o futuro da produção” (*op.cit.*:255). Disciplina, organização e padronização do trabalho. Um princípio leniniano de se alcançar o comunismo e que se difundiu como sustentáculo da ideologia produtivista.

operação básica de trabalho, reorganizavam-na, simplificavam-na e, além disso, demonstravam imediatamente e diretamente a habilidade da NOT de economizar tempo, esforço e materiais. Gastev, ao manter seus esforços nesta apropriação do taylorismo, propôs investigar os simples movimentos de trabalho para determinar o *modus operandi* mais eficiente e adequado à constituição do novo trabalhador soviético. Ele escolheu os ferreiros e os metalúrgicos como objetos de sua pesquisa. Media, assim, como fazia Taylor, todos os gestos supérfluos e de dispêndio de energia. Os estudos detalhados de Gastev da pancada de uma talhadora com um martelo rapidamente se tornaram a marca autêntica da TsIT e um objeto de notoriedade. Sobre a defesa dos trabalhadores de uma possível intensificação do trabalho, os pragmáticos defendiam que o aumento dos salários e a diminuição do esforço para executar uma determinada tarefa seria o grande benefício da organização científica do trabalho.

“Para prevenir a insatisfação do operário, o gerenciamento científico seria um meio para um real aumento e melhoramento das condições de trabalho” (Bailes, 1977:388).

Já os ideólogos, que tinham como porta-voz Kerzhentsev, jornalista comunista e antigo líder do *Proletcult* (Cultura proletária, ou seja, órgão de organização para a “cultura proletária”), ao concordarem com a premissa básica de que a organização científica do trabalho poderia injetar eficiência e promover o aumento da produtividade, divergiam da definição e da base teórica dos *pragmáticos*,

pois, para eles, “a definição de NOT de Gastev era insignificante e míope” (Sochor,1981:251). Segundo Kerzhentsev,

“... a principal tarefa da organização científica do trabalho consiste não em eliminar defeitos isolados, encontrados aqui e ali, mas precisamente em estabelecer patamares, isto é, modelos e normas, que, sob similares condições, poderiam ser aplicadas no conjunto”(Kerzhentsev, *apud*; *op.cit.*:252).

Sochor (1981) ao analisar a corrente crítica a Gastev, os ideólogos, demonstra que estes apontavam, aparentemente, uma maneira diferente de adaptação da organização científica do trabalho. Neste sentido, a NOT não poderia se limitar estritamente em analisar somente as questões de produção, pois sua esfera de ação deveria se estender à sociedade como um todo, atingir toda a forma de atividade organizacional, como escolas, o aparato do Estado e o Exército Vermelho (*op.cit.*:252). Neste sentido, a NOT constituiria um importante elemento de transição ao socialismo, pois ela “preparava aqueles elementos indispensáveis dos quais a sociedade do futuro seria criada” (Kerzhentsev, *apud*: *op.cit.*:252). Para os ideólogos, a NOT não era um problema “puramente técnico”, mas sim um “problema de classe” e que envolvia um conflito ideológico entre as premissas capitalistas e socialistas. A NOT teria penetrado na Rússia com “um produto da cultura capitalista avançada”, com seus métodos e princípios desenvolvidos “no laboratório do capitalismo”, ou seja, como expressão da ideologia e dos valores práticos da cultura burguesa. Por estas características, ela deveria ser retrabalhada ideologicamente,

pois ela possuía, no seu interior, uma contradição: a ameaça de um máximo de exploração enquanto prometia um máximo de economia da força de trabalho e um melhoramento nas habilidades dos trabalhadores. Portanto, a NOT era, ao mesmo tempo, uma atraente arma para o refinamento da exploração e uma precondição metodológica para a conclusão da transformação socialista da sociedade.

Desta forma, os ideólogos encontraram como alternativa as premissas de Gastev, a modificação do taylorismo, introduzindo-lhe um “ponto de vista da classe” que incluiria as seguintes características: 1) trabalhadores como foco da NOT; 2) o ponto de partida dos esforços da NOT seria a proteção dos trabalhadores e não a intensificação do trabalho (a tecnologia avançada e a automação transfeririam o “trabalho escravo” para as máquinas e libertariam os homens); 3) a apropriação fragmentada da NOT seria recolocada em uma apropriação sistematizada, na fábrica e para além dela, ou seja, na sociedade inteira. Assim, o planejamento das partes e do todo, sob o socialismo, garantiria a harmonia de interesses entre trabalho e produção; 4) o partido comunista teria como responsabilidade exercer a liderança no campo da NOT para assegurar uma “apropriação comunista” e um “ponto de vista das classes” (*op.cit.*:253).

As diferenças teóricas entre os ideólogos e pragmáticos estenderam-se nas organizações que eles criaram para implementar suas idéias.

A TsIT, fundada em 1921, compreendia laboratórios de desenvolvimento de uma “nova pedagogia industrial” e um programa de treinamento para um designado grupo de trabalhadores. Já a *Liga Vremya*, fundada em 1923

como uma reação e protesto à TsIT, consistia em uma campanha de agitação para construir uma nova base de suporte para a NOT.

Sochor (1981) demonstra assim, quais eram as principais formas de atuações destas duas organizações. A TsIT, no âmbito dos laboratórios da biomecânica, da fisiologia, da psico-fisiologia, conformou-se com a ênfase de Gastev no fator humano como uma dimensão desconhecida na organização científica do trabalho. Para Gastev, a “máquina humana” seria capaz de atos inimagináveis, mas tal máquina viva seria subproveitada. Por esta razão, a TsIT dedicou-se em examinar “mecanismos separados [da máquina humana] em operação”(op.cit.:255). Gastev planejou um curso de instrução para trabalhadores recrutados, baseado em seus estudos sobre os movimentos dos músculos, movimentos elementares do trabalho e racionalização das condições de trabalho. O treinamento duraria de 3 à 6 meses para que fossem ensinadas habilidades básicas de seu programa. O lugar de trabalho, os equipamentos e os programas de treinamento seriam todos continuamente controlados e verificados. Para Gastev estes esforços refletiam uma “nova ciência” de engenharia social, uma nova apropriação para a produção de um novo trabalhador. Seu intuito seria treinar alguns trabalhadores para criar um núcleo de “instrutores da produção”, ou seja, seu objetivo imediato não era um treinamento de escala em massa. Neste sentido seria bem melhor “educar e preparar um pequeno número de bons trabalhadores-diretores do que um grande número de pessoas inexperientes”. Gastev sugeriu que estes “instrutores da produção” fossem pagos e encorajados com recompensas. Eles estariam à serviço de seminários

especiais e seriam mandados para o exterior para aprenderem técnicas de gerenciamento e organização do trabalho.

Já a *Liga Vremya* (Liga do Tempo), ao contrário da TsTI, esperava atrair os trabalhadores com base na “luta pelo tempo”.

“A luta pela correta utilização e econômica de tempo em todos os seus vestígios na vida pública ou privada, esta é a condição básica para a realização dos princípios da *NOT* na URSS” (*op.cit.*:255).

Segundo Sochor (1981), os ideólogos tentavam traçar distinções entre eles e os *pragmáticos* e clamavam uma posição marxista; porém estavam embaraçados em uma clara falta de alternativa em relação ao taylorismo enquanto método de racionalização da produção, tanto que a única proposta que conseguiram lançar foi a de modificação deste sistema e, com esta ressalva, consideravam a adoção da NOT, ou seja, do taylorismo na URSS em transformação, urgente. Segundo Kerzhentsev, a NOT era mais crítica para a URSS do que para a América, porque ela forneceria princípios de como organizar o trabalho sempre em presença de recursos escassos.

Para os ideólogos, é no sentido de combater o atraso da formação cultural soviética — trabalhadores desqualificados, uma maioria camponesa que se esquivava de um hábito rotineiro de trabalho devido ao ritmo sazonal de trabalho no campo, uma *“intelligenstsia”* que preservava hábitos pequeno-burgueses e que não concordava com as mudanças que estavam ocorrendo e, desta forma, não contribuíam teoricamente para a solução dos problemas imediatos que assolavam a

sociedade russa — que o taylorismo na URSS seria necessário. Por este somatório de fatores, Segundo Sochor (1981), tal grupo chega à conclusão de que o caráter nacional dos russos seria muito atrasado para responder às necessidades de uma nova economia e tecnologia. Neste sentido, o taylorismo agiria de maneira a subdividir as tarefas complicadas em seus componentes mais simples e organizá-las de um modo científico no sentido de se obter um máximo de resultados em relação aos esforços. Trabalhadores com baixa qualificação poderiam ser utilizados sem diminuição da produtividade.

Mas, enquanto os ideólogos formulavam a forma mais interessante da introdução do taylorismo na URSS e direcionavam críticas a Gastev, outras críticas a estas se somavam, justamente no tocante a concepção de cultura proletária de Gastev, cujos pronunciamentos neste sentido teriam feito um escárnio do conceito de “cultura do proletariado” (*ibid*).

Bogdanov, segundo Bailes (1997), um dos fundadores do movimento da Cultura Proletária e um Velho Bolchevique, repelia a visão de Gastev de uma cultura proletária. Assim Bogdanov o acusava de ter baseado suas conclusões sobre a organização científica do trabalho nas experiências realizadas durante a primeira grande guerra, quando a necessidade de aumento da produção era premente, fato que teria limitado a iniciativa dos operários na produção; daí Gastev tirara sua concepção de operário padronizado, sem criatividade e teria, assim, concentrado sua atenção na padronização das funções industriais e não no que seria mais importante: as funções de planejamento e de controle. Para Bogdanov, a industrialização elevaria o operário ao plano da administração e do planejamento, proporcionando-o

um aumento de sua criatividade num universo de “cooperação e camaradagem”. “A vida proletária é um todo”, o que compreenderia várias dimensões e não só a dimensão do trabalho (Bogdanov, *apud*: Sochor, 1981:258). Porém,

“Bogdanov não estava distante da característica da qual ele acusou Gastev: a de favorecer uma nova elite de engenheiros (...) Em resumo, a diferença entre as visões de Gastev e Bogdanov seriam as seguintes: Gastev acreditava que a racionalidade e o corrente estágio de industrialização demandaria uma nova divisão do trabalho na economia, com o aumento da especialização e uma conseqüente desigualdade; Bogdanov acreditava que a especialização e, com ela, a desigualdade, poderiam ser largamente superadas por um rápido aumento da nível de cultura das massas” (Bailes, 1997:380-381).

Bailes aponta que para Bogdanov a imagem de Gastev de uma sociedade do futuro reclamaria um “treinamento militar” ao invés de uma coletividade de trabalhadores. Críticas neste sentido também foram direcionadas a Lenin, pois ele teria relacionado estreitamente a revolução cultural a uma revolução tecnológica, no sentido da necessidade de se elevar o saber técnico das massas, e não seu saber político. Assim, segundo estes críticos, somente uma “vulgarização do marxismo” poderia assumir uma direta relação entre tecnologia e cultura. Segundo Bogdanov, o esquema de Gastev levaria à ascensão de um “grupo social” de engenheiros educados que desempenhariam funções criativas e originais contra uma formação uniforme de massa. Também Kerzhentsev caracteriza o TsIT como um grupo seletivo de trabalhadores que poderia ser denominado como “uma aristocracia de trabalhadores, os altos papas da *NOT*”. Ao mesmo tempo, ele rejeitava a idéia da

TsIT como um centro de auto-ordenação da educação e “civilização” de trabalhadores. Assim,

“Se um novo homem tivesse que ser fabricado, ele teria que ser um ‘participante consciente do processo de produção e da economia nacional’ ao invés de um objeto de uma experimentação de laboratório” (Kerzhentsev, *apud:op.cit.:259*).

Porém, a campanha da “luta pelo tempo” dos ideólogos pregava medidas que partiam dos mesmos princípios das medidas defendidas por Gastev: a formação de um novo trabalhador soviético como o objetivo de se aumentar a produtividade, sem que este trabalhador fosse, de fato, explorado. Entretanto, os ideólogos defendiam o reconhecimento de um objetivo mais amplo, pois a aplicação do taylorismo não poderia ser reclamada de uma forma indiscriminada. Mas, “Como um comum denominador, ideólogos e pragmáticos suportaram uma ordem normativa baseada na racionalidade técnica e no coletivismo” (Sochor, 1981:260).

Segundo este autor, pode-se dizer que a ação dos ideólogos teve um impacto real pequeno, pois dada a herança deixada por Lenin de sua concepção do taylorismo, seria politicamente insustentável rejeitá-la, principalmente porque tal concepção atenderia de forma mais precisa e rápida a necessidade premente do momento: o aumento da produtividade. Neste sentido, dentre todas as propostas sobre a aplicação ou não do taylorismo, somente sua modificação tornava-se a única escolha real; as dúvidas na prática de utilização dos “meios socialistas” para

construir o socialismo permaneceram sem resolução. Apesar dos ideólogos não aceitarem a premissa da tecnologia como um “livre-valor”, uma vez removida do seu meio capitalista, eles não providenciaram modelos de como eliminar estes “elementos capitalistas”; a visão da sociedade racionalizada inspirada pelos conceitos tayloristas gerais não se distinguiu da visão de uma nova sociedade socialista; a confusão tendeu a solapar os esforços dos ideólogos em criticar o taylorismo.

“... os ideólogos sofreram de seu fracasso em definir claramente as fundações socialistas da organização científica do trabalho, com específica referência as relações de produção e ao processo de trabalho, como também sua relutância em unir a organização científica do trabalho à estruturas econômicas e políticas mais amplas do sistema” (*op.cit.*:260).

Neste sentido, segundo Sochor (1981) a concepção de NOT dos pragmáticos foi aprovada por diversas razões. Devido à pressão da grave situação econômica que exigia um projeto mais simples e prático de organização do trabalho, as posições dos ideólogos se mostravam confusas, pois ao mesmo tempo que rotulavam o taylorismo como “a epítome do capitalismo”, apontavam-no também como “a chave para o futuro”; eles não haviam sugerido mudanças fundamentais no processo produtivo nem nas relações de autoridade no espaço de trabalho.

“Fundamentalmente, eles repartiram com os pragmáticos as pressuposições implícitas do período de transição, no qual a classe em conflito estava sendo

substituída por uma gerência científica e tensões remanescentes seriam resolvidas por uma arbitragem científica” (*op.cit.*:254).

Neste sentido, podemos apontar algumas características ideológicas predominantes presentes neste debate. Ideólogos e pragmáticos, por mais que tentassem se diferenciar em suas concepções sobre a adoção do taylorismo como principal método de organização científica do trabalho, tinham como pano de fundo uma problemática comum ao próprio Lenin: o desenvolvimento das forças produtivas como forma de transição e consolidação do socialismo.

Assim, a ideologia do produtivismo tomou o lugar da característica necessária para a possibilidade de transição ao comunismo: a contínua luta de classes, não somente no plano econômico, mas também no plano político, o que talvez ocasionasse o questionamento não realizado da utilização capitalista das forças produtivas e de sua necessária transformação. Ao contrário, a problemática da luta de classes se subordinava à racionalização da produção, esta necessário, segundo o argumento vigente, como forma de combater a escassez e conduzir a sociedade russa ao reino da liberdade. Porém, mesmo que consideremos como adequada àquela conjuntura a planificação da economia conduzida pela ideologia da produtividade, devemos nos questionar porque, naquele momento, e nem mesmo a longo prazo, a problemática das classes não permeou tal debate.

Segundo Bettelheim (1983), a construção de um “taylorismo soviético”, no sentido de ser adaptado a uma organização comunista da produção não seria possível, pois o sistema taylorista é propriamente dedicado a intensificação do

trabalho somado a acentuação da divisão entre trabalho manual e intelectual, de direção e de execução. Em suas palavras,

“As tentativas de ‘transformação’ do sistema Taylor em um sistema ‘soviético’ fracassaram... este fracasso se explica *pela natureza do ‘taylorismo’, que ‘codifica’ a separação do trabalho manual e do trabalho intelectual* (em conformidade com as tendências do modo de produção capitalista) e não está portanto, em condições de *suprimir esta separação, pois isso implicaria a iniciativa coletiva na transformação contínua do processo de produção, e não somente a ‘apropriação’ de um ‘saber’ constituído na base da separação prévia do trabalho manual e do trabalho intelectual*” (op.cit.:236).

Neste sentido, podemos concluir que, mesmo não se realizando na URSS, o taylorismo soviético ocupou lugar privilegiado no debate acerca da tentativa de organização de um modo de produção diferente do capitalista. Isto se deve ao fato de a problemática do desenvolvimento das forças produtivas ser considerada a solução para as contradições existentes no modo de produção capitalista. A visão neutra da origem e desenvolvimento das forças produtivas capitalistas por parte de Lenin e de outros intelectuais da época condicionou um privilegiamento do taylorismo como método de elevação da produção e, no limite, se bem dirigido, como caminho para a libertação do operário russo da exploração do trabalho, em detrimento de sua verdadeira natureza: a de intensificação do trabalho como forma de elevação da mais-valia relativa.

Considerações Finais

O pressuposto do qual partimos para a elaboração desta dissertação de mestrado é o de que o capital se coloca em um constante processo de reestruturação para a sua sobrevivência. Neste sentido, entendemos todas as novas formas de organização do processo produtivo não como métodos isolados de racionalização da produtividade — os chamados “modelos” de organização da produção — mas como momentos da recomposição, por parte do capital, de sua exploração e dominação sobre a classe trabalhadora.

Explicitar o surgimento do sistema Taylor à luz das análises realizadas por Marx sobre a transição da manufatura à grande indústria e nos utilizarmos de seus conceitos nos permite caracterizar tal sistema não como um momento isolado na história do desenvolvimento do capitalismo, mas como uma continuidade à própria necessidade que o capital possui de se auto-organizar com o fim de aumentar da sua acumulação. Assim, no momento em que o imperialismo se consolida, com o surgimento das grandes empresas e da produção em larga escala, tem-se o surgimento de um método de organização do processo produtivo que vai justamente completar o processo de extração de mais-valia relativa iniciada com a introdução da maquinaria no processo de produção. As necessidades de aumento da

produtividade são decisivas para que este método se consolide. E para que tal aumento ocorresse, seria preciso quebrar com o que, para o capital, significa um empecilho para a sua acumulação: a resistência operária no processo de trabalho.

Para, desmistificar o taylorismo enquanto mais um método inevitável de organização da produção, tentamos analisar a natureza das forças produtivas capitalistas³⁷. Para além disso, partir do pressuposto de que a técnica não é neutra, de que ela surge em condições histórico-sociais determinadas, a partir da luta de classes entre burguesia e proletariado, nos permitiu criticar o viés economicista que perpassa o pensamento de Lenin acerca da sua concepção de socialismo, onde vemos aparecer um lugar privilegiado para o desenvolvimento das forças produtivas como via principal de transição ao comunismo.

Se o socialismo, para Lenin, não se reduz à estatização dos meios de produção, tal conceito não vai além da utilização de técnicas e formas de organização da produção capitalistas — controladas pelo proletariado — como meio de se tentar a superação do próprio modo de produção capitalista na construção de

³⁷Se a problemática do primado das forças produtivas domina, em certo período, a obra de Marx, temos a necessidade, como o fez Louis Althusser, de explicitar seus problemas teóricos, suas contradições para podermos compreender sua mudança teórica n' *O Capital*, quando a luta de classes passa a ser o motor da história. "Se voltamos a Marx e colocamos conscientemente, na conjuntura atual, a ênfase sobre os problemas teóricos, ... é para desprender e precisar o domínio onde a teoria marxista deve a qualquer preço se desenvolver para produzir os conhecimentos de que os partidos revolucionários precisam urgentemente para confrontar os problemas políticos cruciais do nosso presente e do nosso futuro. Não pode haver nesse ponto nenhum equívoco. O passado de Marx ... é, que se queira ou não, uma via direta ao nosso presente; é o nosso próprio presente, e também o nosso futuro" (Althusser, 1999:14-15).

um outro. Temos aí a identificação, por parte de Lenin, do socialismo com o comunismo.

Porém, a partir da Revolução Cultural Chinesa, tal identificação passa a ser questionada. Temos neste momento a tentativa por parte dos operários e dos camponeses de transformação das relações sociais capitalista através da revolucionarização das forças produtivas capitalistas, no sentido da tentativa de uma efetiva superação da tradicional separação entre trabalho de execução e concepção, entre trabalho manual e intelectual, entre cidade e campo. Se esta tendência não se concretizou, ao menos iluminou a teoria marxista no sentido de sua atualização acerca das questões que a transição coloca³⁸.

A premissa de “colocar a política no posto de comando” vai iluminar os limites da revolução bolchevique. Se esta nova problemática não se coloca no horizonte histórico e teórico dos pensadores russos daquele momento revolucionário, é justamente a tentativa de analisar tais limites que nos permitirá uma análise mais objetiva das tendências marxistas até o presente momento.

Assim, constatar o lugar privilegiado que as forças produtivas ocupa no pensamento leninista nos permite observar seus limites acerca da conceituação do Estado e de sua necessária destruição para a concretização do comunismo, da origem das classes burguesas e operárias e, neste sentido, do próprio conceito de modo de produção capitalista.

³⁸Este novo “respiro” foi dado por autores que atentaram para as mudanças que estavam ocorrendo na China no momento da revolução cultural. Podemos citar, dentre eles, Louis Althusser, Charles Bettelheim, Etienne Balibar, Robert Linhart, Bernard Fabrègues, Gianfranco La Grassa, Maria Turchetto, dentre outros.

A problemática do primado das forças produtivas não se restringe somente ao pensamento leniniano, mas aparece como uma premissa da sociedade soviética após insurreição de outubro. Podemos perceber tal fato, por exemplo, no debate da década de 1920 acerca da tentativa de criação de um “taylorismo soviético” com o objetivo duplo de sanar o caos na Rússia e pavimentar a via ao comunismo.

Neste sentido, o objetivo desta dissertação foi no sentido de se criticar os aspectos economicistas vigentes no interior do pensamento leniniano, aspectos estes que estão presentes, ainda hoje, no interior do debate marxista.

Bibliografia

- ALTHUSSER, L. "A querela do humanismo (1967)". *In: Crítica Marxista*, 9.
- ANDRLE, V. (1985), "How backward workers became soviet: industrialization of labour and the politics of efficiency under the second five-yr plan, 1933 - 1937". *In: Social History*, Hull: University of Hull, 10 (2).
- BAILES, K. E. (1977), "Alexei Gastev and the soviet controversy over taylorism, 1918 - 24". *In: Soviet Studies*, 3.
- BALIBAR, E. (1980), "Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico". *In: Althusser, L., Balibar, E., Establet, R. Ler o Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, volume II.
- _____ (1995), *A filosofia de Marx*. RJ: Jorge Zahar.
- _____ (1975), *Cinco Estudos do materialismo histórico*. Lisboa: Presença, volume II.
- _____ (1996), *Da luta de classes à luta sem classes?*, *Textos Didáticos*, 20.
- BEAUD, M. (1999), *História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense.
- BEISSINGER, M. R. (1988), *Scientific management, socialist discipline and soviet power*. Cambridge: Harvard University Press.
- BETTELHEIM, C. (1971), *Calcul économique e formes de propriété*. Paris: François Maspero.
- _____ (1972), *Lettres sur quelques problèmes actuels du socialisme*. Paris: François Maspero.
- _____ (1979), *Luta de Classes na União Soviética. Primeiro Período (1917 - 1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1983), *Luta de classes na União Soviética. Segundo Período: (1923 – 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1979), *Revolução cultural e organização industrial na China*. Rio de Janeiro: Graal.

BRAGA, R. (1997), *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã.

BRAVERMAN, H. (1977), *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.

COLLETI, L. (1992), "O Estado e a revolução de Lenin", *Textos Didáticos*, 6.

CORIAT, B. (1976), *Ciencia, tecnica y capital*. Madrid: H. Blume.

DE GRAZIA, V. (1978), "La taylorisation dès loisiens ouvriers". *In: Recherche*, 32/33.

DIAS, E. F. (1997), "A Liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização". *Textos Didáticos*, 29.

_____ (1997), "Americanismo e revolução russa: formas de revolução passiva". *In: Universidade e sociedade*, 13.

EHRENRIK, B. e ENGLISH, D. (1978), "La science, Le travail, le ménage". *In: Recherches*, 32/33.

Fabrégues, B. (1975a), "Organisation capitalista et organisation socialiste du travail". *In: Comunisme*, 16-17.

_____ (1975b), "Organisation capitalista et organisation socialiste du travail. (II) Le developpement du machinisme par le capitalisme". *In: Comunisme*, 18.

_____ (1975c), "Organisation capitalista et organisation socialiste du travail. (III) Chine: Machinisme, science et technique". *In: Comunisme*, 19, 1975.

Habermas, J. (1983), *Para a reconstrução do materialismo histórico*. SP: Brasiliense.

HOBSBAWM, E. (1987), *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOLLOWAY, J. e PELÁEZ, E. (1998), "Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico". *In: Outubro*, 2.

- JAMENSON, F. (1996), *Pós - modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- KÖSSLER, R E MUCHIE, M. (1990), "American dreams and soviet realities: socialism and taylorism. A reply to Chris Nyland". *In: Capital and Class*, London.
- LA GRASSA, G e TURCHETTO (1979), M. "Notes sur léninisme". *In: Comunisme*, 5/6.
- _____ JAGUIN (1978), A. "Lenin y las 'fuerzas productivas' ". *In: Processo productivo capitalista y socialismo en la U.R.S.S.*. Valência: Pre-Textos.
- LEBEDÍNSKAIA, L. (1983), *Como estudar a obra de V. I. Lenine "O estado e a revolução"*. Moscovo: Progresso.
- V. I. LENIN (1979), *Lenin no poder: 1917 - 1923. Textos pós-revolução de V. I. Lenin*. Porto Alegre: L&PM.
- _____ (s/d), *El marxismo y el Estado*. Moscú: Progresso.
- _____ (1996a), *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, volume 1.
- _____ (1980a), *Op.cit.*, volume 2.
- _____ (1980b), *Op.cit.*, volume 3.
- _____ (1986b), *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progresso Moscú, volume 23.
- _____ (1986c), *Op.cit.*: volume 24.
- _____ (1986d), *Op.cit.*: volume 28.
- _____ (1986e), *Op.cit.*: volume 36.
- LINHART, R. (1995), *Lenin, os camponeses*, Taylor. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- _____ (1983), "A organização do trabalho industrial e as transferências de tecnologia". *In: Ciência, tecnologia e desenvolvimento*. Brasília: CNPQ/Unesco.
- LÖWY, M. (1987), *As Aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. São Paulo: Busca Vida.
- _____ (1978), *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MAGALINE, A. D. (1977), *Luta de classes e desvalorização do capital*. Lisboa: Moraes.

- MARTORANO, L. C. (2001), *Burocracia e socialismo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas.
- MARX, K. (1982), *A ideologia alemã*. São Paulo: Ciências Humanas.
- _____ (1985), *Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes.
- _____ (1997), ENGELS, F. *O Manifesto comunista*. RJ: Paz e Terra.
- _____ (1988), *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, volume I.
- _____ (1988a), *Op.cit.*, volume II.
- _____ (1989), “Prefácio à contribuição à crítica da Economia Política”. In: Fernandes, F. (org.) *K. Marx, F. Engels*. São Paulo: Ática.
- MONTMOLLIN, M. et PASTRÉ, O. (1984), *Le taylorisme*. Paris: La Découverte.
- MOUTET, A. (1978), “Patrons de progrès ou patrons de combat?”. In: *Recherches*, 32/33.
- NAVES, M. (2000), “A Transição socialista e a democracia”. In: *Outubro*. São Paulo: 4.
- _____ (2000a), *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo.
- NEGRI, A. (1976), *La fabbrica della strategia: 33 lezioni su Lenin*. Pádua: CLUEP.
- _____ (1979), *Marx - au-delà de Marx*. Paris: Christian Bourgois.
- NYLAND, C. (1987), “Scientific management and planning”. In: *Capital and Class*, 33.
- QUERZOLA, J. (1978), “Le chef d’orchestre a la main de fer: leninisme et taylorisme”. In: *Recherches*, 32/33.
- RAGO, L.M e MOREIRA, E. F. P. (1987), *O que é taylorismo*. São Paulo: Brasiliense.
- RICARDO, D. (1982), *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural.
- RITTERSPORN, G. (1978), “Le mouvement stakhanoviste”. In: *Recherches*, 32/33, Paris.
- ROLLE, P. (1978) *Introdução à sociologia do trabalho*. Lisboa: A Regra do Jogo.

- SIRIANI, C. (1992), *Workers control and socialist democracy: the soviet experience*. Londres, Verso/New Left Books.
- SMITH, A. (1996), *A Riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural volume I.
- SOCHOR, Z. A. (1981), "Soviet taylorism revisited". *In: Soviet Studies*, Glasgow: University of Galsgow, 2.
- SOUZA, A. M. Tude de (1994), "A crise contemporânea e a nova ordem mundial - as forças produtivas e as classes sociais na atual ordem hegemônica". *In: Universidade e sociedade*, 6.
- TAYLOR, F. W. (1971), *Princípios de administração científica*. SP; Atlas.
- TRAUB, R. (1978), "Lenin and Taylor: the fate of 'scientific management' in the (early) Soviet Union". *In: Tellos*, St. Louis: Washington University, 37.
- VINCENT-VIDAL, S. (1980), "A crítica das concepções econômicas de Stálin po Mao Tsé-tung". *In: Teoria Política, Brasil Debates*, 1.